Revista da Armada

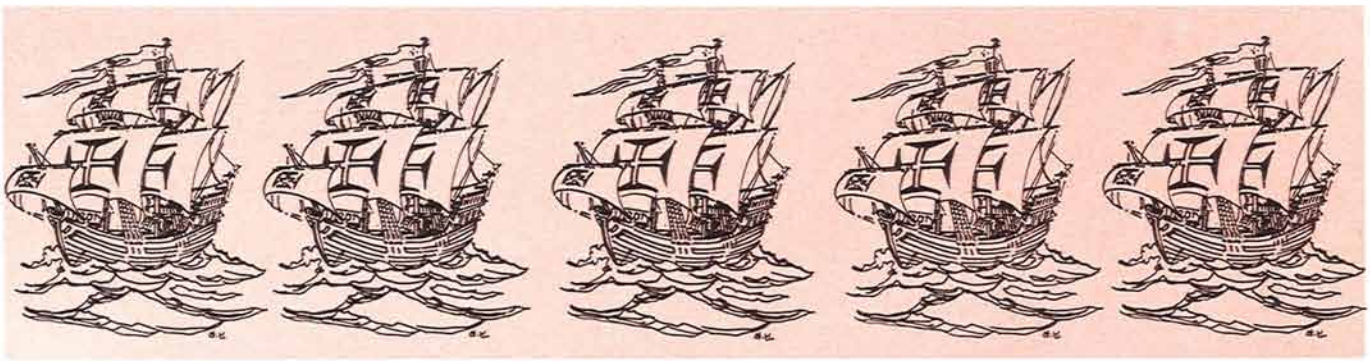
N.º 41/FEVEREIRO 1975/ANO IV

Pág. n.º 18

"Repensar o Desporto"

Sumário

		Pág.
M. do Vale	**Nota de Abertura**	3
M. Horta	**Efemérides Navais**	4
O. Lemos	**Bibliografia**	5
O. Lemos	**Angediva** A celebrada Ilha dos Amores? Do Canto IX dos «Lusíadas»	6
S. Elpídio	**Terminologia Naval**	10
S. Machado	**Vamos Votar em Liberdade, Sim, Mas: Como? Em Quem? Porquê?**	11
M. Horta	**Notícias Pessoais**	13
Redacção	**Voz da Abita**	14
J. Carmo	**O que é a C. D. A. P.** (Comissão Dinamizadora do Associativismo de Praças)	15
S. Monteiro	**Algumas ideias acerca de Disciplina**	17
S. Oliveira	**Desporto**	18
A. Ribeiro	**Como Nasceu e como Funciona a Comissão Representativa dos Sargentos da Armada**	22
G. Brandão	**Filatelia**	23
Vários	**Curiosidades**	25
S. Elpídio	**Reportagem**	26
Vários	**Quarto de Folga**	32



REVISTA DA ARMADA
Publicação Oficial
da Marinha

Director e Editor:
Comodoro António Júlio Malheiro do Vale

Orientação gráfica:
Hernani Lopes

Publicação mensal

Propriedade
do Ministério da Marinha

Redacção e Administração
Praça do Comércio
Telefone: 36 89 60

N.º 41/FEVEREIRO 1975/ANO IV

Preço de venda avulso	5$00
Assinaturas anuais:	
Continente, Ilhas, Ultramar, Espanha e Brasil (via normal)	50$00
Estrangeiro, excepto Espanha e Brasil (via normal)	68$00
Ilhas (via aérea)	75$00
Ultramar (via aérea)	137$00

Na capa:

No G. 1 E. A. – Exercícios de Educação Física

(Foto de A. Fernandes, Fotóg. do Gab. de Fotogr. do EMA)

Execução gráfica:
LISGRÁFICA, Impressão e Artes Gráficas, S. A. R. L.

Nota de Abertura

GAIVOTAS EM TERRA

Não sei se ainda se usa a expressão. Antigamente quando se via um grupo de marinheiros na rua, as pessoas costumavam dizer: Olá... marinheiros em terra... vamos ter mau tempo.

Claro que a frase tinha duplo sentido. Queriam essas pessoas insinuar que ia haver sarilho...

De qualquer maneira, sem se dar conta disso, ligavam dois seres que têm grandes afinidades – os marinheiros e as gaivotas.

Ao largo é a silhueta elegante das gaivotas que anuncia a proximidade da terra; junto da costa, acompanham os navios, planando à proa, na mira dos restos de comida que são lançados ao mar. Algumas, quase nos vêm comer à mão. Não têm medo, porque sabem que somos seus amigos, e não lhes fazemos mal.

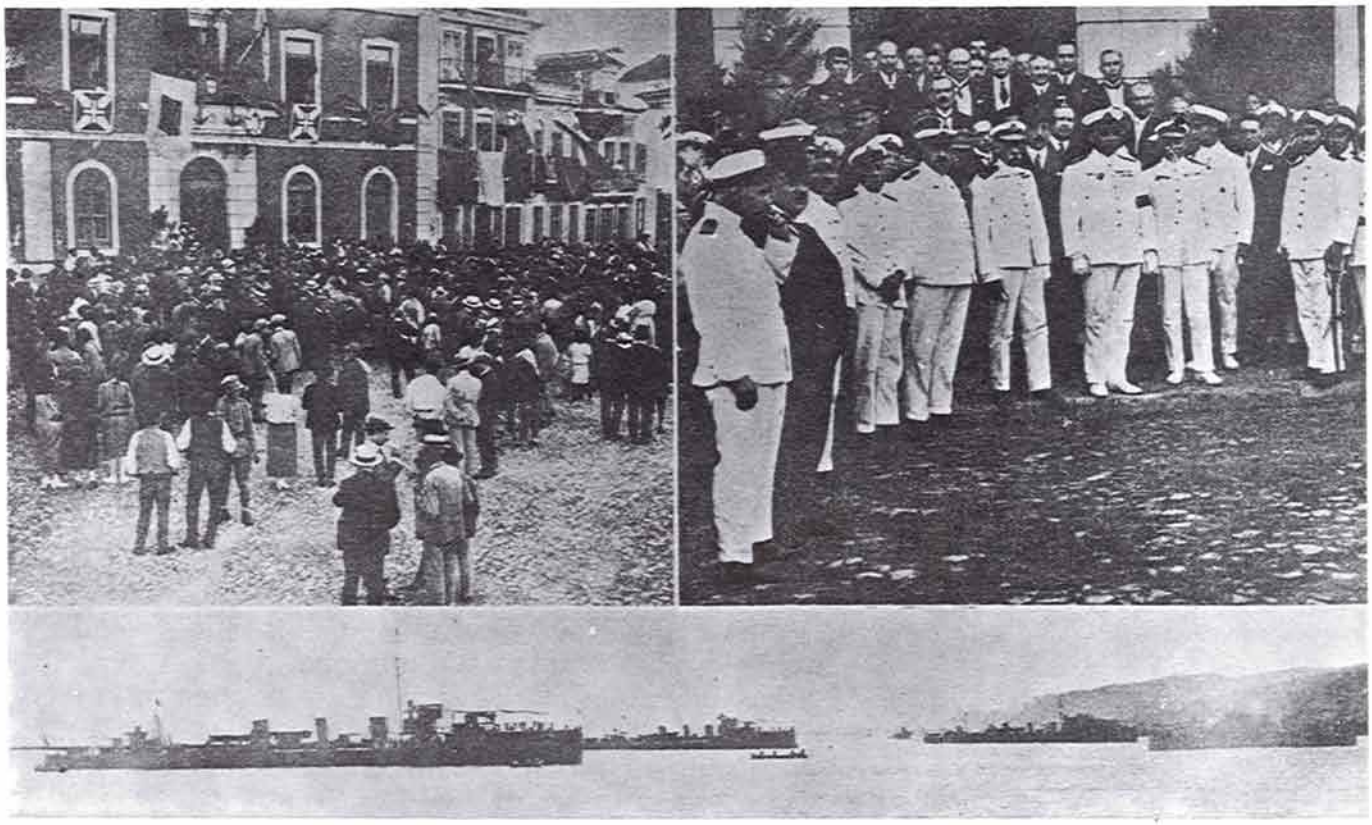
Quando há temporal, tanto elas como nós, fugimos para terra – nós se podemos, claro... Elas, perdem então a sua graça, confundem-se com as outras aves e deixam de ser as únicas que são no mar; nós, misturamo-nos e perdemo-nos na multidão, deixamos de ser marinheiros, na verdadeira acepção da palavra...

Mas vejam que nem assim nos separamos. Já repararam como elas se juntam, aos centos, no telhado do nosso Ministério, e que escolhem só a parte deste que fica em frente da palmeira? Será porque é aí que se junta mais gente, e que há mais movimento? Sabe-se lá o que pensam as gaivotas...

M. dos Santos

Com.

Efemérides Navais



De cima para baixo e da esquerda para a direita: 1 – O povo de Vila Franca de Xira diante dos Paços do Concelho. 2 – O ministro da Marinha, almirante Pereira da Silva, é recebido à porta da Câmara Municipal local. 3 – A flotilha ligeira de contratorpedeiros ancorada na Base Naval.

Há 50 Anos era inaugurada uma base naval em Vila Franca de Xira

As três fotografias que reproduzimos referem-se ao acto inaugural, no ano de 1925, de uma Base Naval em Vila Franca de Xira, onde seria instalada a sede da Flotilha Ligeira de Contratorpedeiros, extinta em 1934.

Neste último ano e no mesmo local estabelecer-se-ia a Escola de Mecânicos – hoje Grupo n.º 1 de Escolas da Armada –, iniciando-se em Outubro os cursos do ano lectivo de 1934/35 nos edifícios já construídos para a aludida Base Naval.

A criação da Base Naval de Vila Franca de Xira integrava-se no programa de renovação e do ressurgimento da Armada do ministro da Marinha, almirante Pereira da Silva.

M. Horta
Sarg.-aj. L

Bibliografia

O MOVIMENTO DOS CAPITÃES E O 25 de ABRIL

por *Avelino Rodrigues, Cesário Borga, Mário Cardoso*

Com esta edição da «Morais» surgiu mais um livro sobre o processo revolucionário do 25 de Abril. O próprio subtítulo – «229 dias para derrubar o fascismo» – nos deixa entrever que se trata de uma obra que pretende historiar as origens do Movimento elucidando-nos sobre muitos pormenores da sua organização e do seu desenvolvimento no tempo até à análise do engenhoso e bem delineado plano que com magnífico sucesso foi posto em execução no dia 25 de Abril. O livro mostra efectivamente a génese de uma revolução mais que a própria arrancada da Revolução.
De todos os livros dedicados até agora ao 25 de Abril este é sem dúvida o de maior interesse para a análise histórica do Movimento e da época em que nos situamos.

PODEM CHAMAR-ME EURÍDICE...

por *Orlando da Costa*

Há dez anos este livro deu que falar... Posto à venda e logo apreendido, surge dez anos depois, em edição da Seara Nova. Uma sociedade corrupta e corroída, tinha no entanto pruridos de bons costumes!... Agora, podemos dizer à vontade que «o rei vai nu».

O HOMEM E A ARTE ESSA INUTILIDADE

por *Raul d'Andrade*

Em edição de «Estudos de Castelo Branco» Raul d'Andrade publica um bom ensaio sobre a Arte, esse gesto do Homem, aparentemente inútil, mas por isso mesmo o mais puro. A vontade não é impelida aqui por qualquer exigência física ou fisiológica; daí que o gesto não essencial (para permanecer vivo) traduza justamente a transcendência do homem como ser criador. Este livro de Raul d'Andrade é uma obra aprazível e que, embora susceptível de controvérsia (a Arte sê-lo-á sempre), vale bem a leitura.

PIDE/DGS – UM ESTADO DENTRO DO ESTADO

por *Fernando Luso Soares*

A «Portugália» editou esta obra de Luso Soares que vem lançar um pouco mais de luz na compreensão do funcionamento dessa tenebrosa máquina repressiva cujos tentáculos se introduziram em todas as engrenagens do sistema político. Fica-se petrificado de assombro e de indignação perante revelações quase inconcebíveis.

VAGÃO J

por *Virgílio Ferreira*

A «Arcádia» reeditou esta obra de Virgílio Ferreira que conta já 30 anos de publicação sem perder actualidade e interesse. Aí a temos pois, ao alcance de todos. Com ela se afirmou Virgílio Ferreira como grande romancista.

QUERES OUVIR ? EU CONTO

por *Irene Lisboa*

A «Figueirinhas» reeditou esta lindíssima obra de Irene Lisboa. Já desaparecida do mundo dos vivos, Irene Lisboa continua a viver no mundo das letras. E de que maneira! Na difícil arte de escrever para crianças, Irene Lisboa é dificilmente superável. É como se permanecesse com a qualidade impossível de criança grande. A naturalidade do contar, a humildade do escrever e a vivência sem artifício nem falácia conferem a este livro a categoria de obra-prima.

NOVA RECOLHA DE PROVÉRBIOS E OUTROS LUGARES COMUNS PORTUGUESES

por *Manuel João Gomes*

Com magníficas ilustrações de Henrique Manuel, foi lançada no mercado pela «Afrodite» esta curiosíssima obra de Manuel João Gomes. Dificilmente suporíamos que isto de provérbios e lugares comuns tivesse tanto interesse... e tanta piada! Quando não rimos, sorrimos... o que sem dúvida é pior, por levar maior carga de intenção. «Quando o mal é da Nação / Nem à força de sabão». Enfim, um livro de apresentação cuidada a ler com olhos de entender.

TEATRO ABERTO

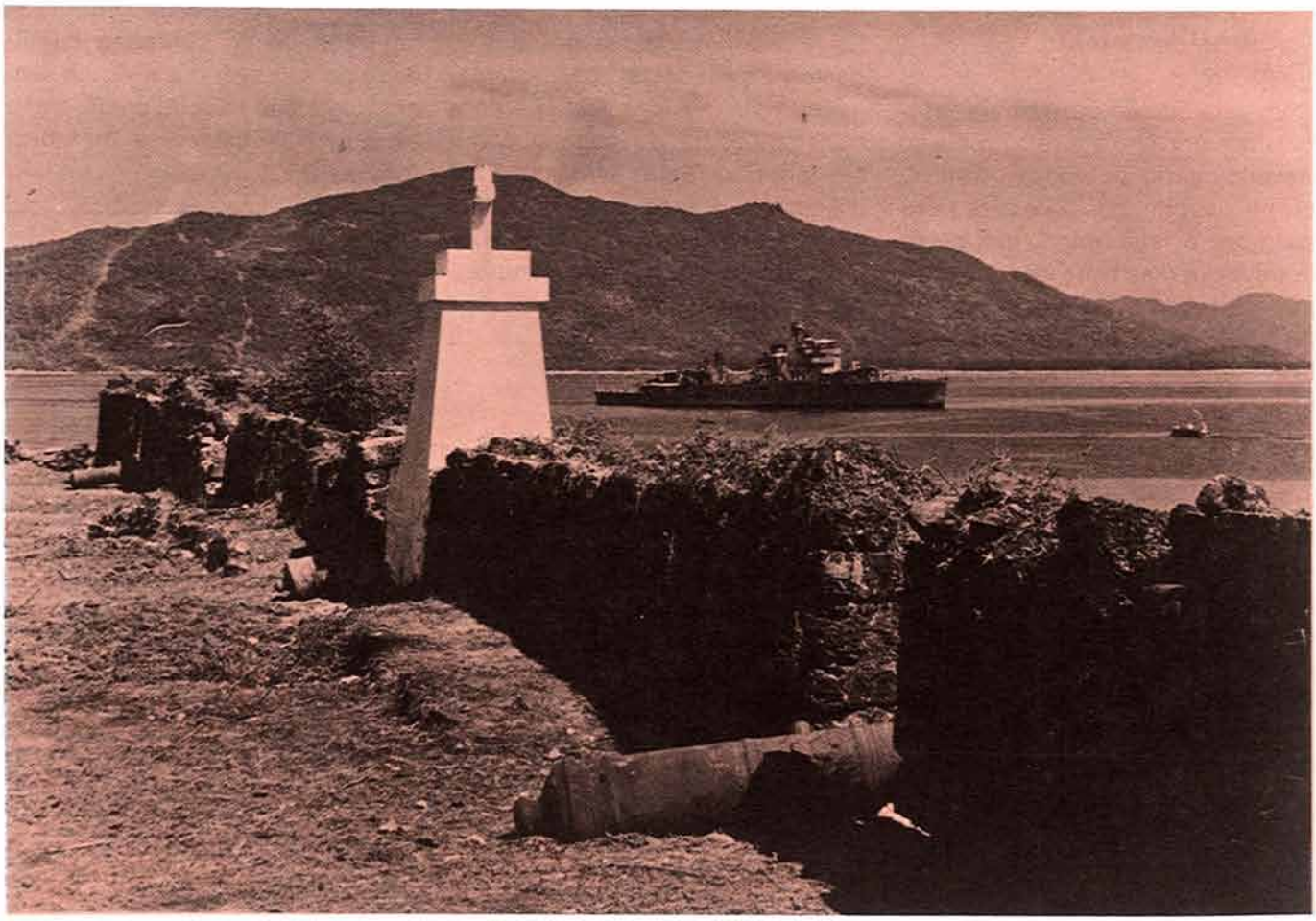
por *Yvette Centeno*

Yvette Centeno fez editar na «Ática» esta pequena obra de teatro que, pelas potencialidades que deixa em aberto se torna valiosíssima e grande.
Estes pequenos textos dramáticos exigem a experiência do acto cénico para o seu desenvolvimento e ampliação. Yvette Centeno deixa a porta aberta ao talento dos outros – encenadores, actores, o próprio público. Teatro aberto, sem dúvida nenhuma! Para ler, e experimentar...

O. Lemos
Cap.-frag.

ANGEDIVA

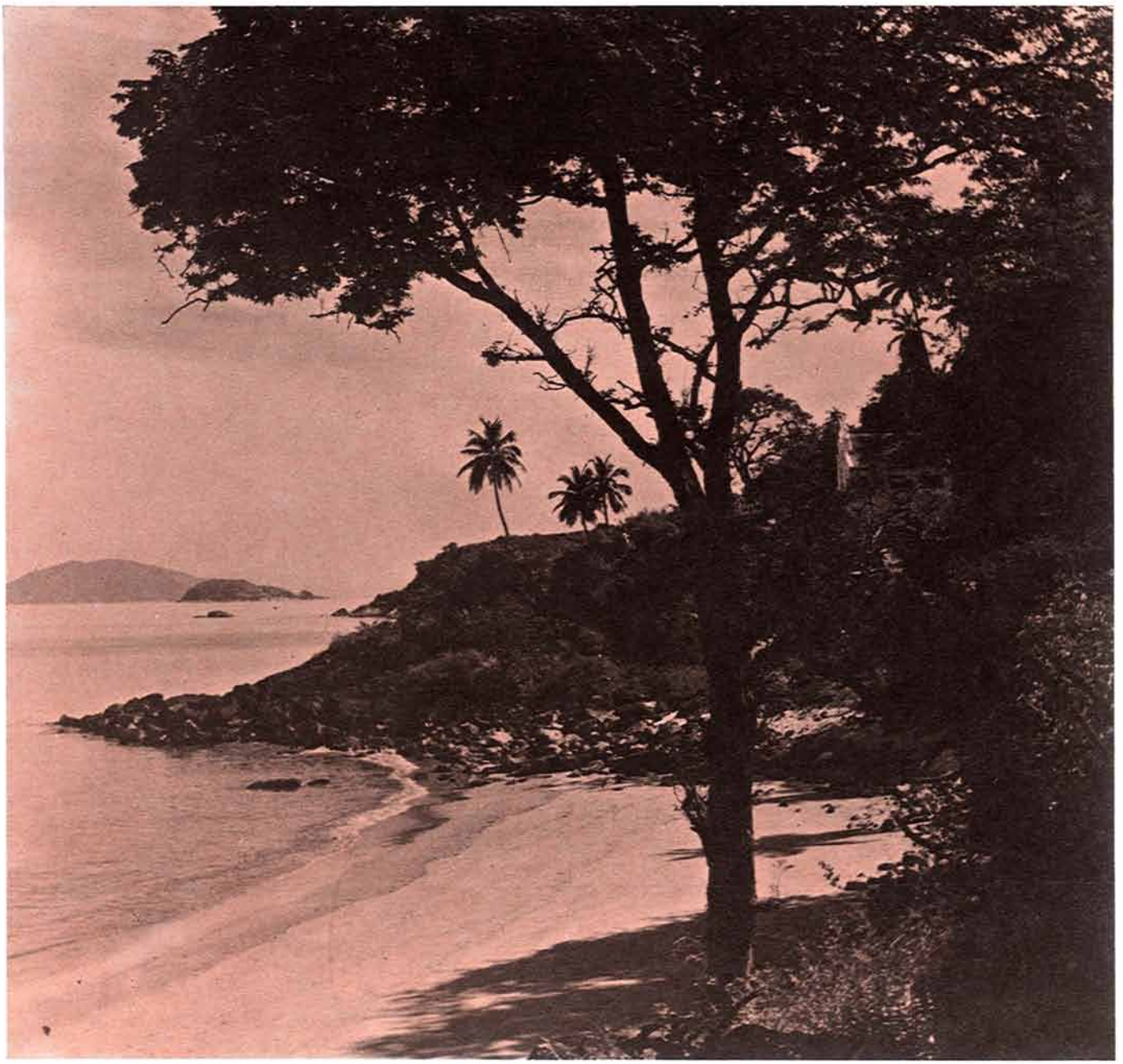
A celebrada Ilha dos Amores? do canto IX dos Lusíadas



Ruínas da couraça frente à baia (O navio é o antigo aviso «Bartolomeu Dias»)

Se, ao que parece, as relações diplomáticas com a União Indiana vierem a ser reatadas, ficará aberto o caminho para o prosseguimento de contactos com o antigo Estado Português da India. Esses contactos deveríam ser fomentados no intuito de manter viva uma cultura secular com o que ambos os povos só teriam a ganhar. Muitos daqueles que passaram por Goa, Damão e Diu (por força das circunstâncias) ficaram presos àquelas terras, bastando para tanto que alguma vez as tivessem visto com olhos de ver.

Para além do sortilégio das evocações de um passado histórico, vivo nas ruínas monumentais que o tempo não destruiu de todo, apesar dos ataques impiedosos das monções, Goa, Damão e Diu oferecem atractivos humanos inegáveis como encruzilhada que são de três civilizações distintas – a hindú, a muçulmana e a portuguesa. Não há palmo de terra onde não surja a fortaleza, a igreja ou o cruzeiro; e isso não apenas nesses três territó-

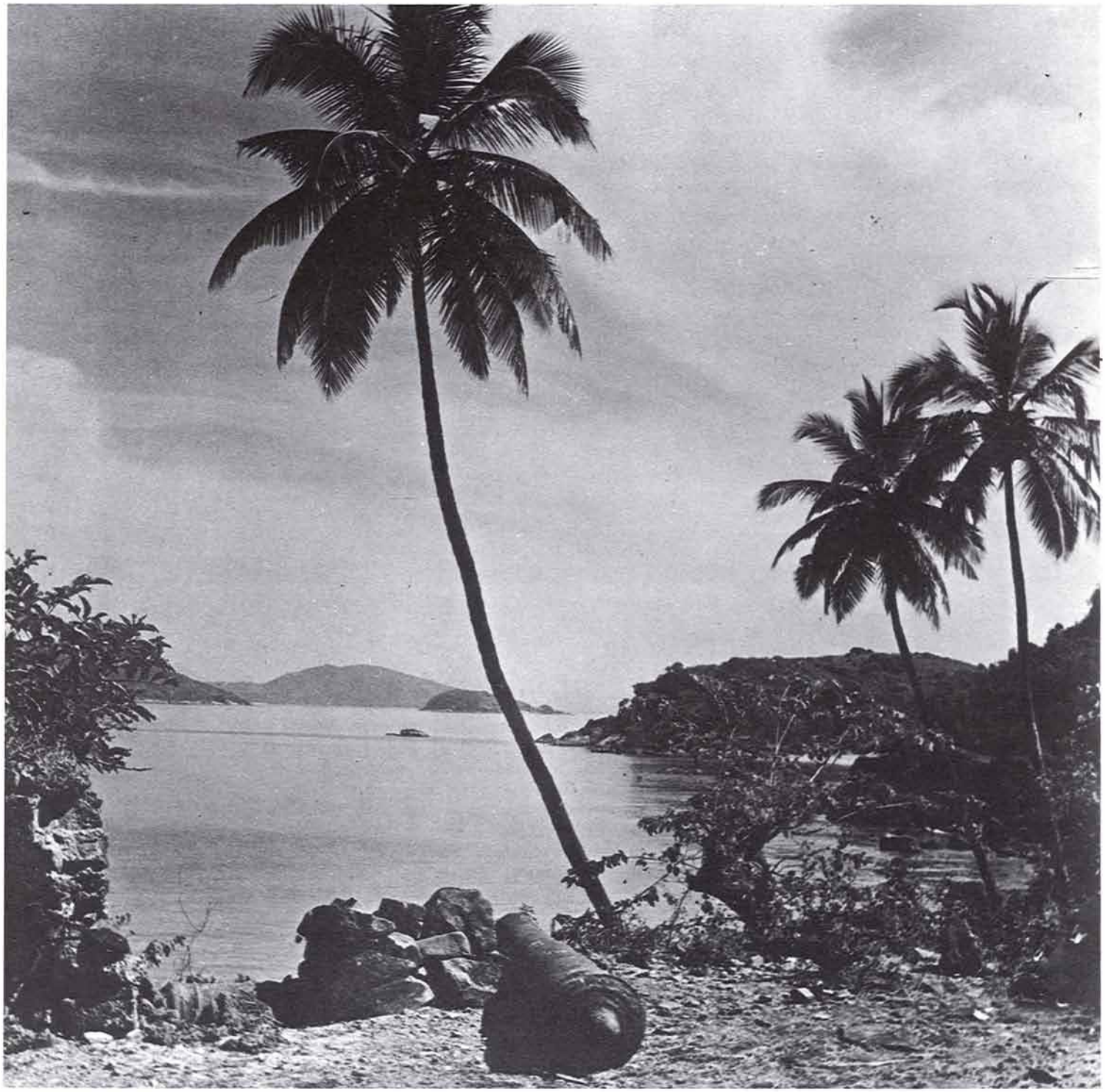


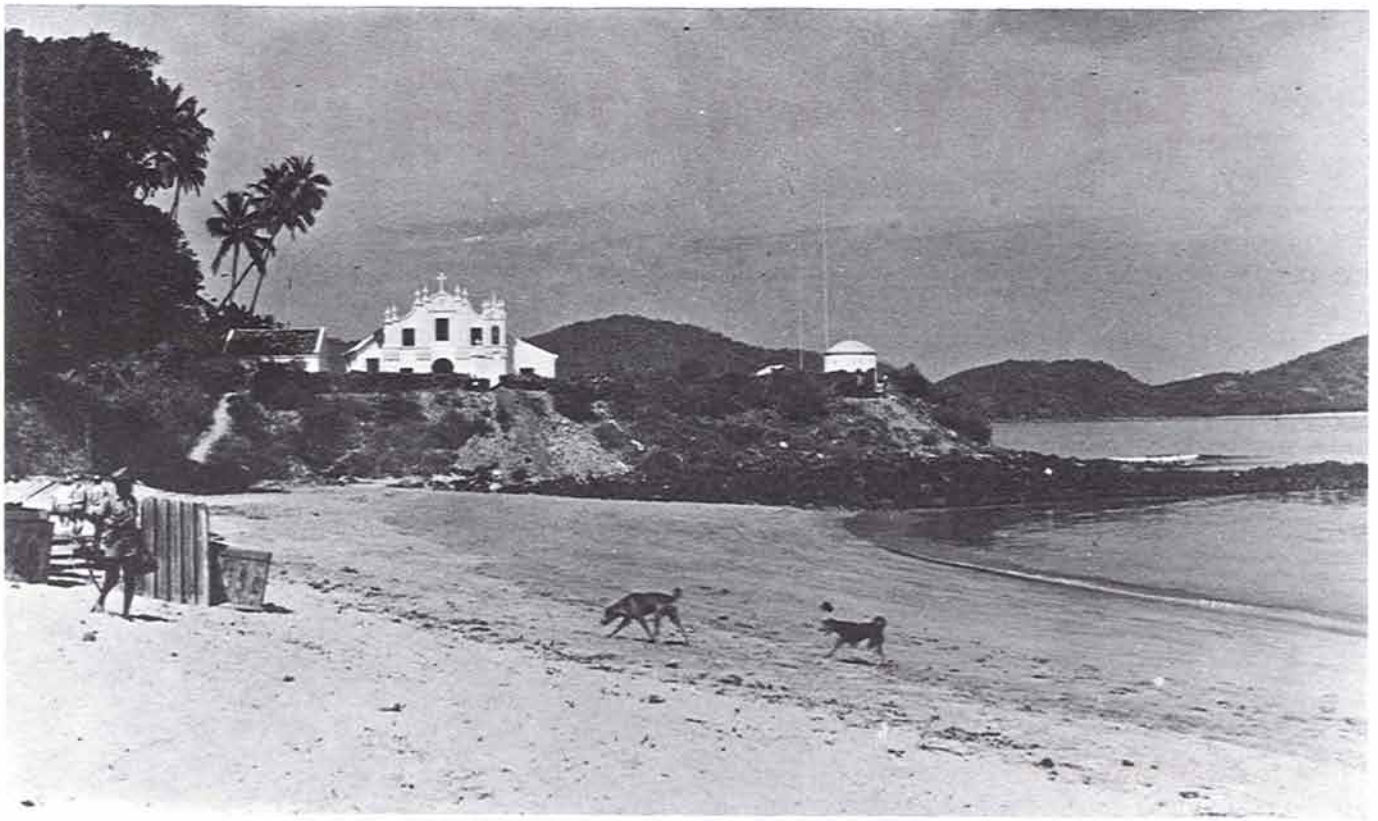
A praia. Escondida no arvoredo a capela de S. Francisco.

rios mas também em dois minúsculos recantos – Simbor, junto a Diu, com o seu forte humilde à beira do mar e os seus escassos 2 km quadrados e a pequena ilha de Angediva, ao Sul de Goa. Tive o privilégio de ir algumas vezes a Angediva quando os navios na área faziam a rendição da sua diminuta guarnição, uma vez por mês. Angediva é realmente uma ilha de sonho para quem nela desembarca. Oferece, a quem vem do mar, uma pequena mas belíssima enseada voltada ao continente indiano, e abrigada da monção do largo. O seu interesse estratégico foi grande a ajuizar pelas fortificações cujas ruínas se vêem ao redor da ilha junto à orla do mar. Ali procuravam refúgio e faziam aguada as armadas que cruzavam o Malabar. Por toda a parte se vêem panos de muralha e peças de artilharia em profusão espantosa. Não faltam também ruínas de capelas e igrejas das quais foi restaurada uma em 1968 – a de N.ª Sr.ª das Brotas –, sobranceira à baía, que domina com a sua extrema brancura.

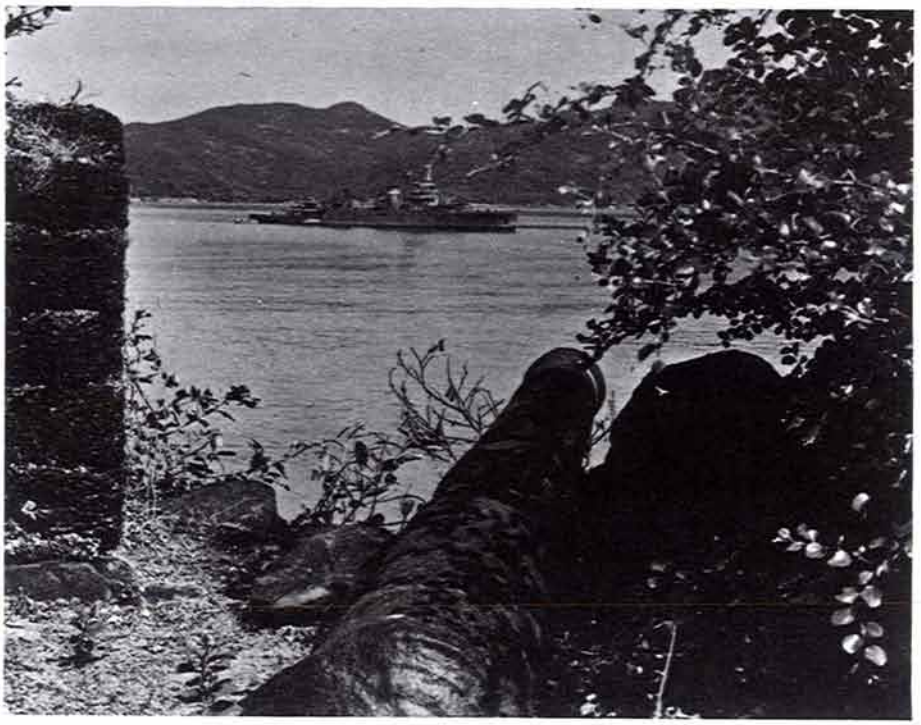
Coberta por uma vegetação luxuriante, a ilha é alcantilada do lado do mar. Apesar dessa aparente inacessibilidade, as peças espreitam o Índico através dos escombros de muralhas antigas. Um ou outro coqueiro confere-lhes uma melancólica poesia. Quem atravesse a ilha (e meia hora chega para isso...) desde a ampla e larga praia de areias claras que forma a enseada até à falésia sobranceira ao mar, poderá ver os reservatórios de água que não pude averiguar se seriam naturais ou artificiais porque a vegetação se adensava junto à orla. A ilha é visitada por pescadores que nela procuram abrigo ou descanso nos intervalos da faina. Os moradores eram em número reduzidíssimo. Nas deambulações que fiz, apenas encontrei uma pequena pastora que bucolicamente guardava

A enseada. Ruínas e antigos canhões.





A igreja de N.ª Sr.ª das Brotas sobranceira à praia.



Por todo o lado há peças que espreitam.

algumas cabras. A ilha pareceu-me um outro mundo, quase fantasia, como a de Robinson Crusoé. Não admira portanto que se tenha suposto que Angediva pudesse ter inspirado Camões para a visão do canto IX quando fez aportar os atribulados marinheiros do Gama às delícias da Ilha dos Amores. Faz pena que um pequeno paraíso destes tenha sido perturbado por imagens de guerra. Como estará Angediva agora? Será ainda a ilha quase virgem que conheci, santuário ermo no meio do mar, onde o tempo parecia ter parado? E a igreja da N.ª Sr.ª das Brotas continuará ainda a refletir nas águas mansas da baía uma brancura imaculada? Terá alguma mão que lhe acenda uma vela junto ao altar? Quem o poderá saber?

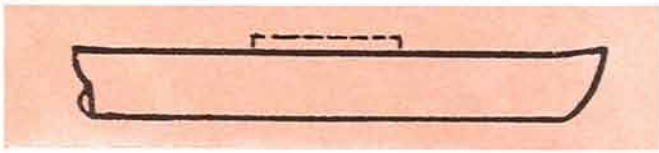
Se os ressentimentos se apagarem, talvez os nossos marinheiros e os nossos aspirantes tomem de novo o rumo da Índia, numa ou noutra viagem de instrução. Há por lá muitos amigos que os gostariam de ver, estou certo. E é sempre com um frémito interior que se cruzam os portais das igrejas e se vêem nas pedras tumulares, sob os nossos pés nomes como Mascarenhas, Menezes, Albuquerques, Almeidas, Ataídes e outros de menores ressonâncias mas de não menor significado.

O. Lemos
Cap.-frag.

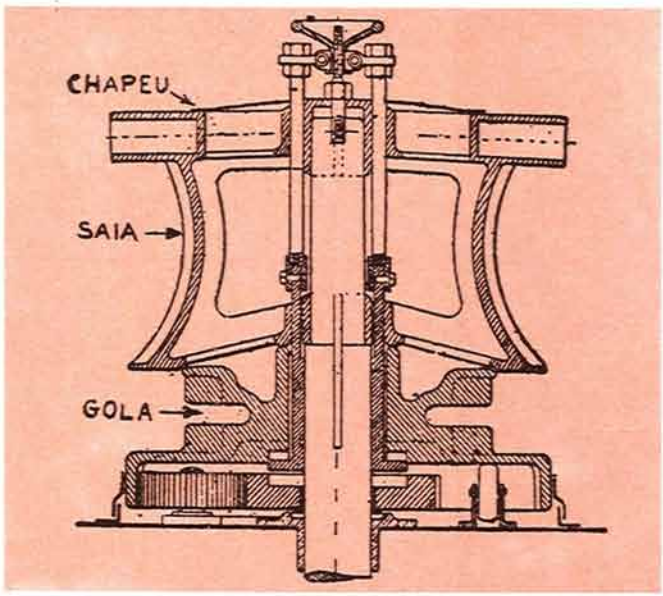
Terminologia Naval

CONTRO! – Voz de comando para o homem do leme arribar rapidamente; é a abreviatura da frase «pôr ou meter o leme de encontro».

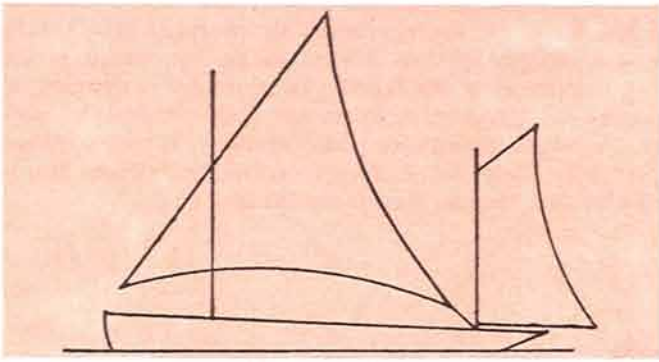
CONVÉS CORRIDO – Pavimento único, de popa à proa, sem superestruturas nem acastelamentos; nos navios mercantes este tipo de convés apresenta normalmente um rufo sobre a casa das máquinas e caldeira.



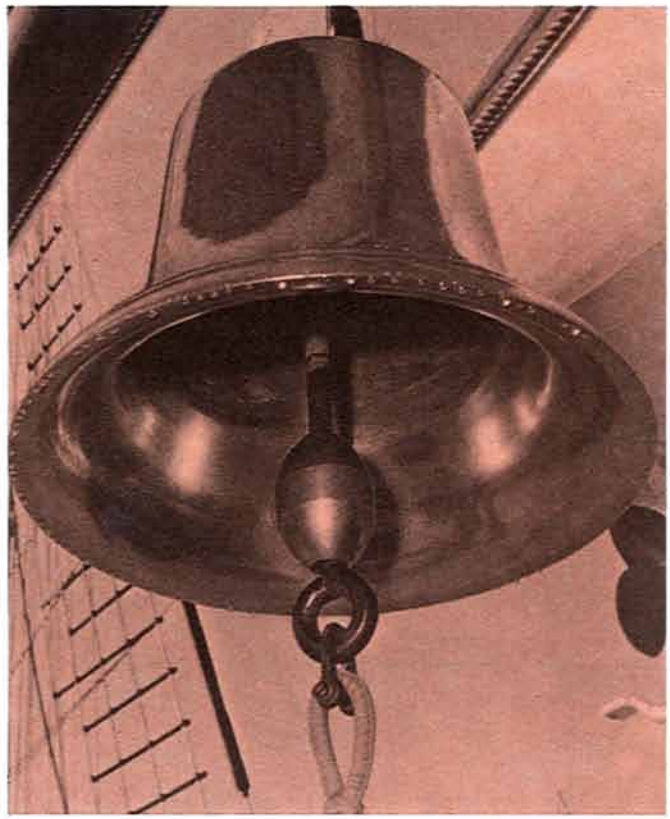
COPA DO CABRESTANTE – Parte exterior e superior do chapéu do cabrestante, de forma abaulada.



COQUETA – Embarcação de dois mastros, um a vante e outro à popa, cruzando no primeiro uma vela de caíque e envergando o segundo, que é muito mais pequeno, um latino quadrangular que tem o nome de catita.

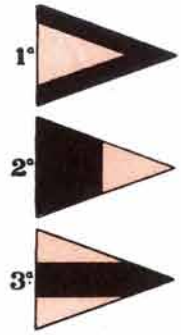


CORDA – Fiel preso ao badalo do sino por meio do qual se faz este badalar. É o único cabo que existe a bordo com esta designação; por graça, costuma-se dizer que a bordo só há três cordas: a corda do sino, a corda do relógio e... acorda que está na hora!



CORDÃO SANGRADO – Cordão já enfraquecido, em vias de se partir.

CORNETA – Bandeira de sinais, de forma triangular, mais curta, todavia, que o galhardete. No Código Internacional de Sinais utilizam-se três cornetas que são as substitutas (1.ª, 2.ª e 3.ª substitutas) e que, conforme o seu nome indica, se destinam a substituir a bandeira ou galhardete que figura repetido em qualquer sinal.



COROA DE AREIA – Pequeno baixo de areia de forma circular que cobre e descobre com as marés.

CORRER EM ÁRVORE SECA – Seguir à mercê do mar e do vento, com o pano todo ferrado ou apenas com uma pequena vela de tempo, por a violência dos elementos não permitir outra navegação. Em calão naval, significa despedir sem cerimónias qualquer pessoa que se apresenta com pretensão não susceptível de ser atendida.

CORTAR AS ÁGUAS DUM NAVIO – Atravessar as águas dum navio, passando-lhe pela popa, em ponto mais ou menos afastado desta.

S. Elpídio
Cap.-frag. AN

VAMOS VOTAR EM LIBERDADE, SIM, MAS: COMO? EM QUEM? PORQUÊ?

Depois de uma vivência histórica em que o voto era pedido a título de confirmação e apoio a sistema político exposto como indiscutível nos princípios, pressuposto melhor para todos nós, sem liberdade, portanto, de opção, vamos poder, enfim, participar por opinião no sistema que desejamos para norma e governo deste país. Vamos votar em liberdade. Não vamos dizer sim, nem vamos dizer não. Vamos escolher. Não aceitamos nem rejeitamos prato que nos oferecem. Vamos seleccionar nós a ementa que desejamos.

Primeiro – atente-se desde já – a escolha circunscreve-se à equipa de trabalho que redigirá a lei fundamental em que passaremos a viver: a Constituição Política. Consoante essa lei definir e determinar, assim caminhará, depois, a nossa vida colectiva, assente no tipo e normas de administração pública que forem redigidas. Se a equipa, ou assembleia, estabelecer, por exemplo, que deixa de haver propriedade privada, pois deixará de haver propriedade privada; se estabelecer que o Chefe de Estado seja escolhido por um grupo, ou conselho eleitoral, em vez de escolhido por sufrágio directo do povo, pois será assim eleito o Chefe do Estado. Vamos portanto escolher as pessoas em quem implicitamente depositamos a nossa confiança, e para as quais transferimos a força dos nossos desejos, a possibilidade de concretização dos nossos pontos de vista. O nosso voto é a nossa voz a comandar o futuro da Nação. Somos nós a dizer o que queremos. A dizê-lo na forma de procuração passada a grupo de indivíduos que se propõem cumprir certo programa, a seguir determinado rumo, previamente definido, divulgado, esclarecido, e levado à minúcia que considerem adequada. Aqui, pois, a base essencial da escolha: que programa, que linha de rumo, que leis fundamentais desejamos nós para o País?

Quando nos dão a escolher para uma refeição entre bacalhau com todos, arroz à valenciana, frango de

caril, broa com azeitonas e caldo verde, ou canja e peixe cozido, a escolha reflecte o conhecimento prévio do sabor, das consequências digestivas, dos problemas salutares, do custo (se houvermos de pagar) e outros condicionamentos eventuais. Desculpe-se a imagem gastronómica, por tão terra -a--terra, na comparação com as transcendências da opção política, mas a intenção talvez se atinja. A escolha para os legisladores da Constituição tem, de facto, de assentar em princípios que só a cada um dizem respeito, mas requerem, antes de mais, reflexão, inteligência, conhecimento de correntes ideológicas, da sua tradução em realidades práticas, ponderação da sua adequabilidade à maneira de ser portuguesa, às nossas virtudes e defeitos, reconhecer honestamente essas virtudes e defeitos (os defeitos, sobretudo, sempre tão escorregadios ao nosso julgamento), considerar, enfim, a engrenagem do próprio jogo democrático para a aceitar sem receios, mas avisadamente.

Pode concluir-se, daqui, não se ter a escolha por muito fácil. Na verdade, não é. Riscar uma cruz no papelinho que nos derem, no momento da eleição, isso sim, é fácil. Mas saber conscientemente onde pôr essa cruz, não jogar portanto ao calhas, não jogar o futuro de si próprio, dos seus gostos ou anseios de liberdade, de segurança, de interesse por criar uma vida sem jugos no cachaço, com perspectivas de acesso viável à cultura, à educação, ao conforto, com garantias de justiça que contemple o trabalho, a dignidade, a disciplina contra a ociosidade, o oportunismo, a exploração, isso complica-se. Mas a dificuldade, ou o esforço de apreensão que nos é pedido, não passa de diminuto imposto a saldar uma consideração maior que nos é dada: a de participarmos; a de sermos nós a escolher. Pois bem! Como escolher então? Haverá receita ou guia prático para o voto certo? É evidente que não. Até porque o voto é individual e por isso mesmo subjectivo. Cada qual adoptará a sua receita, procurará os ingredientes, construirá com o seu raciocínio a dedução para a escolha que lhe pareça melhor. Aqueles que por simpatia da Providência aprenderam a ler e conseguem entender aquilo que lêem dispõem de alguma dose de literatura impressa elaborada pelos partidos políticos, aonde encontrarão declarações de princípios, linhas programáticas, em suma, aquilo que o partido promete fazer se o elegerem para a função pública em causa. No virar do ano, porém – soubemo-lo por visita propositada à sede de todos os partidos – ainda alguns não tinham assente em definitivo nos programas próprios, com certeza porque estes dependem do acerto das linhas gerais (em que se inserem), à aprovação de pormenores que dependem (e bem) dos pontos de vista ou pareceres específicos (diríamos, nossos, lusitanos) dos respectivos prosélitos. Dar aqui, agora, um resumo que fosse de tais programas seria por um lado arriscar a deficiente exposição, ou interpretação, por outro lado, cair em remendo de última hora que desaprovamos. A intenção deste escrito não é, com efeito, didáctica nem dogmática. Não queremos ensinar nem canalizar. A formação e informação de cada um deve estar feita, ou não decorrerá já segura e de plena consciência a escolha a que somos chamados. E o «Maria vai com as outras» só é Democracia de «faz de conta».

Que se pode fazer então, neste momento? Pois, pode (e deve) fazer-se o exame profundo, objectivo, dos dados todos do problema para ir chegando de dedução em dedução à escolha criteriosa da resposta. Não, um «não» firme aos palpites. O que se leu nas linhas escritas leia-se agora nas entrelinhas. Meditemos no que somos, como somos, o que poderemos ser. (Sem milagres!) Quando não encontremos respostas absolutas ou de um concreto aproximado deduza-se pelo menos em termos de melhor ou de pior. Interroguemo-nos, por exemplo, se a administração estatal da propriedade, ou apenas a administração pelo Estado dos principais meios de produção é, ou não é, preferível à sua administração privada ou empresarial. Arredemos quanto possível a emotividade provocada pela frase de propaganda, o «slogan». Não nos esqueçamos que a finalidade da propaganda é impingir, e nós o que queremos é escolher. Assim, faça-se um esforço de reflexão com base na experiência nacional, caseira, sobre a capacidade do português para a administração de bens não individualizados. Será o português um homem tão dedicado e eficaz em defender o interesse colectivo como o interesse próprio, privado? Mais? Menos? Fora de questão é que, seja qual for a ideologia que nos oriente, serão portugueses a governar Portugal. Sem pôr de lado que a experiência e os resultados de ideologias ou sistemas adoptados noutros continentes, ou noutros povos, nos auxiliarão a prever os sucessos da sua adaptação ao caso nacional, será um risco não reflectir como nos comportaremos nós, dirigentes e dirigidos, funcionários e público, agentes de produção e agentes de consumo, todos com o feitio que Deus nos deu (que muda, sim, mas com que demoras, com que dificuldades, com que sacrifícios).

Está completamente fora das dimensões destas páginas uma incursão, mesmo breve, pela série de perguntas possíveis na operação de pesquisa à melhor decisão de voto. Depois, dentro de cada ideologia, de cada programa de partido, ainda contará o eleitor médio com soluções que se lhe afiguram nitidamente ajustadas aos anseios, necessidades e ideossincrasias do povo português, outras que não o estarão tanto. Mas a opção é única, singular, e tem de ser tomada. Deve ser tomada. Ser difícil não é desculpa para a deserção, e é com certeza estímulo para uma participação mais honrosa.

No princípio do respeito pela opinião da maioria, é preciso realmente que a maioria não seja preguiçosa em termos de ir às urnas, paralítica em termos de deitar o seu voto, imbecil em termos de não ter opinião.

Faça, pois, cada um a sua opinião. Com inteligência, com serenidade, reflectindo sobre os próprios juizos e motivações. Com frequência se vêem pessoas que são apenas «anti-qualquer coisa» por impulso, não por critério amadurecido. São anti-capital apenas porque o vizinho é mais rico (no fundo gostavam era também de ter dinheiro); são anti-autoridade porque a autoridade lhes tolhe certos passos (no fundo gostavam era de terem elas também autoridade); são anti-doutores porque não tiraram curso universitário (mas vão humildes ao médico e ao advogado quando necessitam); são anti-classes porque alimentam a esperança de se incluirem numa classe que mande. Ora, o impulso não é bom conselheiro. Nem construtivo.

Corria há pouco tempo no nosso ambiente de S. Bento que os portugueses no fundo se deixam cativar por certas fraquezas das direitas (possuir automóvel, conta no banco, liberdade para si e outros que mandem), quando se manifestam procuram demonstrar que sempre foram das esquerdas, e chamados às urnas, muito provavelmente votarão no centro. A generalização não é, com certeza, exàcta, e muitos terão formado opinião coerente com atitudes e juizos definidos em perfeita consciência. De qualquer modo, em eleições são os votos que contam. Votemos, pois. Votemos, amadurecidos os nossos conceitos sobre as virtudes e os defeitos dos nossos concidadãos, sobre as linhas e entrelinhas das propagandas que lemos e ouvimos, de acordo ou desacordo com as nossas atitudes, mas em acordo absoluto com uma decisão serena e conscientemente tomada. O voto não deve ser fruto de impulso anti-seja-o-que-for, mas para se construir o futuro do povo a que pertencemos, e obviamente desejamos melhor e mais feliz. O voto é uma arma do povo; não a disparemos ao acaso pois podemos atingir mortalmente alguém. A Liberdade, por exemplo.

S. Machado
Cap.-m.-g.

Notícias Pessoais

CASAMENTOS

2368/Cabo C RA Amadeu de Oliveira Teixeira com D. Júlia Neves Cândido, em 21-10-74.

2411/71/ Cabo B José Manuel Pereira Nogueira com D. Zulmira Pereira, em 11-11-74.

893/69/Mar. L António Franco de Matos com D. Maria de Fátima Pires Farinha, em 17-11-74.

2882/70/Mar. FZE RF Manuel Armando Ferreira Fernandes com D. Assucena de Andrade Gonçalves, em 7-12-74.

1764/72/1.º gr. CM Jonas Costa da Silva com D. Maria Idalina Ferreira Teixeira, em 16-11-74.

PASSAGENS À RESERVA

1.º-sarg. CM Edmundo de Jesus dos Santos, em 30-11-74.

1.º-sarg. A António Martins Júnior, em 5-12-74.

3332/Cabo S José da Silva Carvalho, em 29-11-74.

APOSENTAÇÕES

Adelto Feliciano da Encarnação, piloto-mor da Corporação de Pilotos do Douro e Leixões, em 21-11-74.

António Duarte Pereira, primeiro-oficial do Q. P. C. M. D. N. (M), em 31-12-74.

João Augusto Ferreira Martins, primeiro-oficial do Q. P. C. M. D. N. (M), em 31-12-74.

Américo Valido Rosa, contínuo de 1.ª classe do Q. P. C. M. D. N. (M), em 31-12-74.

FALECIMENTOS

1.º-ten. SG RF Isidoro Duarte Santos, em 15-11-74.

2.º-ten. SG RF António Anjos de Sousa, em 6-12-74.

1.º-sarg. M RA Armando Augusto Amoroso, em 11-12-74.

1.º-sarg. T RA Eduardo da Conceição, em 18-11-74.

1746/Cabo F RF António Rodrigues Lomba, em 24-11-74.

Voz da Abita

BEM HAJA A MARINHA!

Bem haja a Marinha! Esta é a frase com que forçosamente terei de abrir este pequeno e despretencioso artigo, que, embora dirigido a todos, mais se destina aos novos, àqueles que acabam de chegar.

Quantas vezes não tereis vós ouvido falar, em termos menos dignificantes, acerca da Marinha.

Pois para todos aqui fica o que sinto ao ouvir falar em tais termos. E de duas uma, ou me dão total razão ou me consideram ultrapassado.

A verdade nua e crua, vista por qualquer dos prismas, até mesmo pelo mais exigente, é que a Marinha tem, é, e continuará a ser, por mais que se oponham, um valioso elemento de formação de homens, indiferente a cores, raças e etnias.

Além da formação, só ELA tem a força suficiente para nos levar a pisar os cinco continentes, conhecermos gentes de várias latitudes e seus costumes, criar as mais díspares amizades, como que um elo de ligação entre todos os paralelos.

Quando seria possível a um moço rude, habituado somente às lides agrícolas, ou de profissão modesta e de condições económicas por vezes precárias, visitar países que são o sonho de muita boa gente? E onde seria possível a um modesto marçano de mercearia obter uma formação técnica e psicológica que o levassem a escalar os mais variados graus da nossa sociedade?

É na Marinha que muitos destes milagres se têm realizado.

Seria difícil enumerar aqui muitos aspectos benéficos da nossa Marinha, além daqueles que nos levam aos tais países de sonho, para a maioria das gentes. No entanto este também é um aspecto a considerar no que respeita à formação dos homens e que muito tem contribuído para a formação de homens íntegros: as visitas que se têm feito a cidades como Portsmouth, Brest, Toulon, Kiel, Hamburgo, Ceuta, Edimburgo, Londres, Curaçao, St. Tropez, Nice, etc., etc., tantas e tantas são aquelas por onde já passei e outros virão a passar.

E é por isso que me sinto envergonhado, direi mesmo vexado, ao ouvir, felizmente poucas vezes, dizer aos novos que nada ganharam com a vinda para a Marinha, por razões várias e que não importam para a finalidade que me proponho.

Pois aos mais novos permitam-me que lhes dê as boas vindas e que lhes diga que tudo o que ouvem não passa, por vezes, de ciúmes da nossa juventude, pena de não poderem voltar atrás e beneficiarem dos progressos que hoje estão ao vosso alcance. Sim porque naquele tempo é que havia mar, etc.

Ao utilizar a pena para estas linhas também eu penso que há muito sonho com nova vida, se possível, não porque tenha sentido alguma vez arrependimento de ter ingressado no seio desta Família, que me deu a honra de receber, mas porque o meu espírito aventureiro há muito que o ordena.

(...) E quanto não ganharia a nossa Corporação se, em vez de dizermos aos novos, aos tais que acabam de chegar, por vezes com um sonho realizável, que fizeram mal, lhes disséssemos que sim, fizeram bem, e os moralizássemos, tentando fazer deles homens predestinados e cultos prontos a nos substituírem e continuarem a glorificar a NOSSA MARINHA, que o mesmo é dizer glorificar a NAÇÃO.

Se todos procurarmos bem no saco da nossa consciência conseguiremos agarrar algo, que pode servir de incentivo a essa camada jovem que ingressa nas nossas fileiras ávida de fantasia e saúde moral.

Criticar para quê? A Corporação tem honrosas tradições que lhe vêm dos nossos antepassados e continuará a tê-las, mau grado os que pensam poder destruí-las, com palavras ou acções.

Pois por tudo isto e pelo que muito poderia dizer, humildemente vos incito a um: BEM HAJA A MARINHA!

João Carlos
Cabo C n.º 4441
Fevereiro de 1972.

PARA O DIRECTOR E A REDACÇÃO DA «REVISTA DA ARMADA»

I

À «Revista da Armada»
Ao Ministério da Marinha
Onde és dactilografada
Impressa e encadernada
Pro'ó marujo que te acarinha

II

Quero-te bem informada...
Pois tens alto valor «não esqueças»
E olha que toda a rapaziada
Procura... «A minha Revista da [Armada»?
Bem!... Não te envaideças!?

III

Na publicação mensal
Acho bem!... Está certo...
Mas se pudesse ser quinzenal
Também não estava mal
E tínhamos notícias mais de perto

IV

Não sei se vais publicar
Estas palavras sem elogio
Mas cá fico a esperar
Nem que seja para encontrar
Um jogo de versos ao desafio...

José Neto
Cabo FZ n.º 8613

De uma carta do comodoro João Pires Antas, com o pedido de inscrição de uma assinatura da nossa Revista, transcrevemos:

«(...) Claro que quero ser assinante dessa brisa marítima que mensalmente me entra pela porta, único ar salgado que agora me é dado respirar. Claro que quero. (...)».

Do nosso assinante Belmiro Morais, de Carvalhos – Senhorim, recebemos uma carta de que transcrevemos:

«Nelas, 20 de Dezembro de 1974.
«Dirijo-me a V. Ex.ª para lhe comunicar o meu agradecimento pela renovação da minha assinatura dessa tão bela Revista, de que é digno Director e que é o emblema de todo o marujo em terra – como eu, presentemente na Reserva e longe do mar. Lembrança que se guarda sempre com saudade depois de cinco anos ao serviço de tão honrosa Corporação, que é a Armada – honra e glória de todo bom português.
«(...) E agora aproveito a oportunidade para desejar um futuro risonho à «nossa» Revista e endereço ao senhor Comodoro, bem como a todos quantos trabalham nela e aos camaradas no Activo ou na Reserva, sem distinção de postos, os votos de um Feliz Natal e Próspero Ano Novo (...)».

O que é a C.D.A.P.

(Comissão Dinamizadora do Associativismo de Praças)

Dado que nalguns sectores da Armada tem havido várias opiniões acerca da C. D. A. P. (Comissão Dinamizadora do Associativismo de Praças), julgamos oportuno esclarecer quem se preocupa com o associativismo das praças. Explicaremos como nasceu, o que se fez até aqui – resumindo, claro está – e o que se propõe fazer.

A C. D. A. P. nasceu há relativamente pouco tempo (três meses) por vontade das praças que sentiram a necessidade de haver, além das Comissões de Bem-Estar (CBE), um organismo seu que coordenasse todo o processo reivindicativo e dinamizasse o associativismo das praças bem como promovesse sessões de esclarecimento político, cultural e outras.

É verdade que até aqui pouco se fez. Por um lado a inexperiência de todos nós nestes assuntos é o primeiro travão ao desenvolvimento rápido do nosso associativismo, por outro lado, embora o apoio efectivo que recebemos dos oficiais do MFA (Armada), há ainda algumas unidades onde encontramos dificuldades que entravam este processo associativo de praças.

Assim o caminho percorrido até agora, se é curto, é aquele que nos foi possível percorrer.

Postas estas considerações vamos entrar mais detalhadamente no que é a C. D. A. P.:

1. A C. D. A. P. é filha legítima das CBE's (praças), isto é, nasceu de eleições feitas pelas praças das CBE's, numa reunião realizada na Casa do Militar da Armada por cerca de 50 delegados de várias unidades e serviços do Continente.

2. Nessa reunião decidiu-se não só a criação da C. D. A. P. como o número de delegados que a haviam de compôr, que foi de 10.

3. Para tanto dividiu-se a Armada em 10 sectores correspondendo a cada sector um delegado.

4. Os sectores são os seguintes: Grupo n.º 1 de Escolas da Armada (G. 1 E. A. e a Escola de Alunos Marinheiros); Grupo n.º 2 de Escolas da Armada (G. 2 E. A. e a 2.ª Repartição da D. S. Pessoal); Ministério da Marinha (todas as unidades e serviços instalados no edifício do Ministério, Hospital da Marinha, Museu de Marinha, Estação Radionaval «Comandante Nunes Ribeiro» e Direcção de Faróis); Escola de Fuzileiros; Força de Fuzileiros do Continente; Esquadrilhas de Submarinos; Base Naval de Lisboa (B. N. L., Escola Naval, Direcção

do Serviço de Abastecimento, Direcção do Serviço de Armas Navais e Comando Naval do Continente); Instalações Navais de Alcântara (Comando da Defesa Marítima do Porto de Lisboa, Instituto Hidrográfico, Instituto Superior Naval de Guerra, 3.ª Repartição da D. S. Pessoal, Arquivo Geral da Marinha e Instituto de Socorros a Náufragos); Flotilha de Escolas Oceânicos (fragatas, corvetas, navios auxiliares e navio-escola «Sagres»); Flotilhas de Draga-Minas e de Navios-Patrulhas.

Com a Armada dividida em sectores e cada sector com o delegado eleito pelas guarnições do sector, fez-se uma reunião dos 10 delegados para elegermos 3 delegados que – na Casa do Militar da Armada – assegurassem o funcionamento da C. D. A. P., com ligação aos respectivos sectores que cobrem quase todas as unidades e serviços do Continente. Estes elementos são presentemente os delegados dos sectores: G. 1 E. A., Ministério da Marinha e Instalações Navais de Alcântara.

Os delegados que compõem a C. D. A. P. passaram a reunir semanalmente às quintas-feiras, na Casa do Militar da Armada.

Verificou-se, posteriormente, que seria de toda a conveniência alargar as reuniões também ao pessoal das CBE's (praças) e mais praças que o desejassem fazer, e não limitar estas reuniões aos 10 delegados que a compõem. Presentemente, fazem-se reuniões com os delegados e praças de quase todas as unidades e serviços.

O sistema funciona, necessariamente, em virtude dos condicionalismos de toda a ordem que se nos deparam, com especial relevância para a condição geográfica, só com base nas unidades e serviços do Continente e dentro destas apoiamo-nos mais vincadamente nas da «zona de Lisboa» que são efectivamente a maioria. Estamos a estudar a maneira mais conveniente de fazermos intervir também as capitanias e delegações marítimas que neste momento estão um pouco marginalizadas. Assim, para as praças sediadas no Ultramar e Ilhas Adjacentes é maior o problema e está muito condicionada a sua participação directa na C. D. A. P. pela demora que representa qualquer comunicação entre CBE's nestas situações e a C. D. A. P.

No entanto, teremos que preencher esta lacuna dando-lhes conhecimento das nossas decisões mais importantes.

Para tanto vamos resumir a nossa actividade para que façam uma ideia, ainda que limitada, do que temos realizado:

1. Fizemos várias sessões de esclarecimento em diversas unidades antes de 28 de Setembro que com este acontecimento se estendeu a quase todas as unidades no dia 6 de Outubro, dia em que ficou praticamente institucionalizada a nossa organização, pela aceitação incondicional da maioria das praças.

2. Fizemos uma homenagem aos marinheiros da revolta dos navios «Bartolomeu Dias», «Afonso de Albuquerque» e «Dão» em 1936, que decorreu no auditório da Escola Naval; ainda neste auditório levou-se a efeito um espectáculo de teatro com a colaboração do Grupo Cénico das praças do G. 1 E. A.

3. Posteriormente, a 6 de Outubro, continuou-se a cimentar o prestígio da nossa organização com a realização de mais sessões de esclarecimento e de trabalho nalgumas unidades que ainda não tinham sido contempladas, com a colaboração das CBE's (praças) dessas mesmas unidades.

4. Temos presentemente em vias de resolução o caso disciplinar das praças da fragata «Comandante João Belo», que ocorreu em Cabo Verde, onde 111 praças daquele navio foram castigadas disciplinarmente. Este caso, presente à C. D. A. P. pelas praças em causa, foi-nos posto já como um facto consumado, conquanto a C. D. A. P., pelas vias competentes, fez chegar uma exposição a Sua Excelência o Chefe do Estado Maior da Armada do qual obtivemos uma resposta satisfatória, que, de momento, serve os interesses das respectivas praças.

Devemos ainda dizer que o nosso objectivo é essencialmente despertar a consciência das praças para as vantagens que traz, não só para nós mas também para a Armada, o nosso processo associativo, dando-lhes uma noção diferente da disciplina e eficiência nos serviços, diversa daquela que nos foi dada durante os longos anos de vigência do regime fascista deposto em 25 de Abril. Esperamos que com o tipo de consciencialização que temos tentado e tentaremos no futuro dar aos nossos camaradas muito poderá vir a beneficiar a Armada. É portanto nesta linha legal que a C. D. A. P. actua, em estreita ligação com os oficiais, defendendo os interesses das praças nos mais diversos campos e dando-lhes também o necessário esclarecimento político. É esta a nossa missão, missão de esclarecer os camaradas na nova era que hoje desfrutamos, em que quase tudo mudou e onde muita gente não sabe ainda viver por inadaptada à nova situação.

Abriram-se, de facto, novos horizontes para todos nós com a revolução de 25 de Abril, mas não nos iludamos com a liberdade que adquirimos; esta liberdade traz-nos maiores responsabilidades a todos e a cada um de nós em especial. É preciso sabermos situar a nossa posição neste novo contexto. Não exageremos as nossas reivindicações sejam elas de que ordem forem; devemos manter-nos unidos e coesos e com um sentido de disciplina maior, sermos o mais que nos for possível eficientes e responsáveis nos nossos postos de trabalho para que nada haja a apontar-nos de negativo, na certeza de que assim procedendo, dignificaremos a nossa posição, ajudando a ganhar a batalha da democratização da nossa Armada.

Lisboa, Outubro de 1974

José Carmo

Cabo L

Algumas ideias acerca de disciplina

1. Quando várias pessoas têm que realizar uma tarefa em comum surge a necessidade de se organizarem.
2. Organizar consiste fundamentalmente em:
   a) Definir uma missão (uma tarefa + um propósito).
   b) Estabelecer uma estrutura.
   c) Promulgar legislação.
3. Qualquer estrutura inclui sempre um órgão de chefia e vários órgãos dele dependentes. O órgão pode ser constituído por uma só pessoa, por um grupo de pessoas ou por todas as pessoas abrangidas pela Organização.
4. O órgão de chefia só pode desempenhar a função que lhe cabe se a Lei que rege a Organização lhe conferir o poder necessário para impor as suas decisões em relação aos elementos abrangidos pela Organização.
Esse poder constitui a Autoridade do órgão de chefia.
5. A DISCIPLINA consiste simplesmente na aceitação da autoridade que a Lei confere ao órgão de chefia. Ser disciplinado consiste pois em cumprir apenas por ser legal, quer se concorde ou não, quer esteja certo ou errado.
6. O exercício da autoridade pode fazer-se por vários processos:

Exercício da Autoridade		
Liderança	**Autoritarismo**	**Coacção**
1. Aproveitar hábitos 2. Criar prestígio 3. Motivar	Invocar a Lei	1. Ameaçar 2. Punir

7. O exercício da Autoridade deverá exercer-se normalmente apenas pelos processos de liderança.
8. Porém em certas circunstâncias não há possibilidades nem tempo de utilizar os processos de liderança. Neste caso será necessário recorrer à Autoridade conferida pela Lei. Se existir o espírito de DISCIPLINA o problema ficará resolvido. Se não existir espírito de DISCIPLINA será necessário como último recurso empregar a coação.
9. Interessa por isso que em qualquer Organização haja sempre uma reserva de espírito de DISCIPLINA para usar em situações de emergência. Esta reserva terá naturalmente que ser maior nas Organizações que possam ter que fazer face a maior número de situações imprevistas ou a situações que exijam actuação muito rápida.
10. A necessidade de recorrer à coacção traduz sempre uma falha de liderança, de administração ou de organização pois que na prática a liderança depende muito da administração e esta da organização.
11. O recurso ao autoritarismo ou à coacção nunca deverá ser usado para resolver manifestações colectivas.
12. Em períodos revolucionários como é aquele que estamos atravessando é natural que as pessoas tenham relutância em aceitar o exercício da Autoridade à sombra da Lei antiga. Por isso o espírito de Disciplina sofre necessariamente uma quebra. Esse espírito porém voltará, à medida que se for consolidando a Lei nova e será tanto mais forte quanto maior for a participação dos indivíduos na feitura dessa Lei.
13. Convém notar que quando a Lei está desajustada em relação aos fins da Organização, quando a Lei está desactualizada, ou quando surgem situações que não tinham sido previstas ao elaborar a Lei, proceder segundo esta, isto é, proceder disciplinadamente, poderá ser proceder de forma errada.
14. Do exposto parece que se poderá concluir o seguinte:
   1.º – Há que considerar natural a quebra de disciplina, que neste momento histórico se verifica no seio de quase todas as Organizações nacionais e não se deixar absorver por um estado de espírito alarmista.
   2.º – Há que renovar rapidamente as Leis que mais afectam a vida das Organizações; que fazer participar nessa renovação o maior número possível de pessoas; que restabelecer o respeito pela legalidade sem esquecer que a Lei foi feita para libertar e não para escravizar o Homem.
   3.º – Entretanto é indispensável que todos os Chefes compreendam que durante um período post-revolucionário o exercício da Autoridade terá que ser feito quase exclusivamente pelos processos de liderança, evitando recorrer ao autoritarismo ou à coacção.

S. Monteiro
Cap.-m.-g.

Desporto

Repensar o Desporto

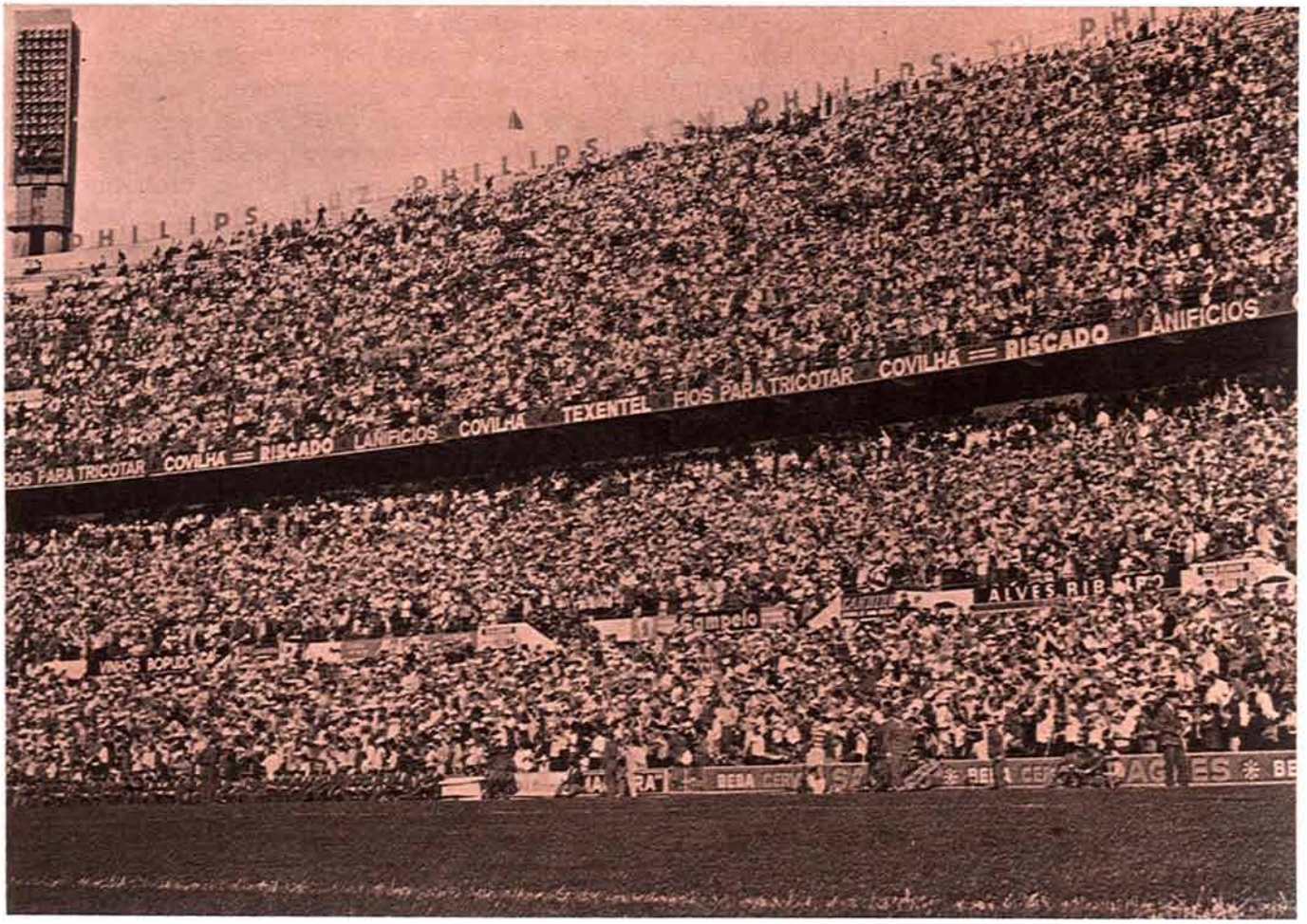
Só depois de um desporto de massas é que poderemos pensar em desporto de élite.

Nos dias 23 e 24 de Fevereiro corrente, por iniciativa da Direcção Geral de Desportos, realiza-se o ENDO (Encontro Nacional do Desporto) com o objectivo de serem traçadas as linhas mestras que devem orientar o Desporto Nacional. Ir-se-à pois, segundo as palavras do próprio director-geral dos Desportos, prof. Melo de Carvalho, «REPENSAR O DESPORTO»!

Ao pretendermos escrever algumas palavras que pudessem, ainda que ao de leve, aflorar certos problemas inerentes ao Desporto deparámos com um pequeno artigo que em Julho de 1974, escrevemos para «A Barca» (jornal do navio-escola «Sagres») e que, com algumas modificações (mais de forma que de conteúdo), iremos reproduzir.

«Havia muita coisa a dizer sobre desporto mas, para já, importa esclarecer um ponto que consideramos de primordial importância: antes de tudo ele tem de revestir-se dum aspecto realmente formativo. E este «formativo» está mais além do físico: tem um cunho manifestamente psíquico e social!

É ponto assente ser o desporto um extraordinário



Era o desportista-espectador que aos domingos descarregava no estádio a sua violência e de segunda a sábado vivia para discutir os golos...

meio de desenvolvimento da força de vontade, do espírito de sacrifício, do apego à luta, etc. Ora estas qualidades, que poderemos considerar como estritamente pessoais, são canalizadas, através dos chamados desportos de conjunto, para se porem ao serviço de um grupo: a equipa. Assim se aceita e respeita a contribuição de cada um dos elementos na construção de um todo: cada jogador é um prolongamento e um complemento do seu companheiro. Agora, para a efectivação do acto desportivo, é necessário um adversário. E eis que nasce a alienação do Desporto: jogamos *contra* alguém em vez de jogarmos *com* alguém!

Considera-se o adversário um inimigo a eliminar de qualquer maneira. Considera-se o adversário como algo que temos de esmagar custe o que custar, sob pena de vermos a nossa honra e o nosso prestígio abalados e cobertos por um manto de vergonha!

No fundo, agimos como se do resultado dum simples jogo dependesse a nossa vida!

Este é o conceito de desporto que temos de destruir a fim de que ele possa desempenhar na sociedade a função que realmente lhe cabe. Antes de atletas... temos de ser Homens!

Não podemos esquecer que o Desporto nunca deverá ser um fim em si mesmo mas apenas um meio do Homem se valorizar!

Mas na realidade o que se tem feito para dar ao Desporto esta faceta? Quantas vezes o seu veículo publicitário (o *desporto-profissional* ou *desporto-espectáculo)* não tem sido uma acção contraproducente através de verdadeiras «batalhas-campais» e de ridículas lutas clubísticas onde os dirigentes (que deveriam ser os mais responsáveis) se tornam os primeiros instigadores deste estado de coisas? Não meus amigos! Basta de considerar o adversário como um inimigo! Basta de odiá-lo! Temos de respeitá-lo, temos de nos convencer que ele é nosso amigo e colaborador naquilo que de comum acordo nos propusermos fazer: DESPORTO!

Só assim ele assumirá um valor humano e verdadeiramente formativo, donde a sua prática resultará extraordinariamente benéfica para o Homem, considerado como um todo (físico, psíquico e social). Parece-nos pois lícito afirmar que praticar desporto é uma necessidade e um direito de todas as pessoas, independentemente de idade, sexo ou condições sócio-económicas.

Infelizmente não é isso o que tem acontecido! Nas escolas, nos clubes, nas fábricas e nos quartéis apenas alguns (*poucos*) usufruiram desse direito

e mesmo assim com objectivos muito discutíveis: a participação de uma equipa representativa num jogo ou num campeonato, perseguindo uma vitória que a alguém traga prestígio e fama. Os menos aptos, esses que necessitariam mais de apoio, são pura e simplesmente afastados.
Aqui esbarramos com outro erro. Voltamos a desrespeitar as pessoas e os seus direitos. Uma equipa representativa só terá razão de existir como vértice de um trabalho mais geral em que todos possam participar!
Só depois de um *desporto de massas* é que poderemos pensar em *desporto de élite.*
Cremos que é nesta base que deveremos trabalhar!»
Não queremos terminar sem formular duas perguntas sobre assuntos que nos parecem ter especial significado no actual contexto do Desporto Nacional. Esclarecemos que as respectivas respostas representam apenas uma opinião resultante de uma análise necessariamente não exaustiva dos assuntos abordados.

1. JUSTIFICA-SE A EXISTÊNCIA DE UM DESPORTO PROFISSIONAL (EM PORTUGAL) NESTE MOMENTO ?

Cremos que não. Enquanto a prática desportiva não for extensiva a todos os portugueses, nunca poderemos ter uma base suficientemente ampla de recrutamente. Só assim poderemos escolher efectivamente os mais aptos e especializá-los. Só assim poderemos ultrapassar a mediocridade do nosso desporto de representação. Só assim uma equipa ou um atleta poderão ser verdadeiramente representativos! (Estamos a lembrar-nos de uma mesa redonda na TV em que o 1.º-tenente MN Ramiro Correia, da Comissão de Dinamização Cultural, deixou muito boa gente boquiaberta quando afirmou não ser a selecção nacional de futebol representativa).
Não nos ficamos por aqui! A actual estrutura do desporto profissional compromete a própria valorização e liberdade do Homem! Vejamos:
Sabendo que um jogador de futebol termina a sua actividade por volta dos 30 anos que possibilidades lhe são dadas para se valorizar, para ser útil à sociedade logo após a sua efémera profissão de desportista? Quais os clubes desportivos que, conscientes destes problemas, possibilitam aos seus atletas profissionais uma educação?
Quantos jovens atraídos por uma vida fácil e pela imagem-mito dum Eusébio, abandonam os seus estudos ou os seus empregos para abraçarem o desporto profissional sem se lembrarem que o Eusébio é uma excepção e que os vencimentos que aufere só podem ser pagos por 3 ou 4 dos 2500 clubes portugueses existentes?
E que dizer do modo como são contratados os jogadores? Citemos as declarações de um jogador francês referidas por José Esteves no seu magnífico livro «O Desporto e as estruturas sociais»: «...Actualmente, em pleno século XX, o profissional de futebol é o único homem que pode ser vendido e comprado sem que lhe perguntem sequer a sua opinião. Como um escravo...»
Será necessário acrescentar mais alguma coisa?

2. TERÁ O DESPORTO UMA FEIÇÃO POLÍTICA ?

Estando a Direcção Geral de Desportos preocupada com um «Desporto-ocupação de tempos livres» parece, à primeira vista, haver contradição pois, como sabemos, a maior parte dos portugueses não dispõe de... tempos livres!
Mas analisemos melhor a questão: se os portugueses criarem hábitos desportivos, se o desporto fizer parte de uma cultura popular, não sentirão eles a necessidade de tempos livres? Não reivindicarão esses tempos livres como algo a que têm pleno direito? Não será isso um «aumento da qualidade de vida de todos os portugueses» conforme estabelece o Programa do M. F. A.? (Recordemos o ponto 6 b) – medidas a curto prazo – do Programa: *O Governo Provisório lançará os fundamentos de uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo mas acelerado da qualidade de vida de todos os portugueses).*
No fundo o Desporto que queremos é fruto (como não podia deixar de ser) da Sociedade... que também queremos!
Até aqui o Desporto foi utilizado para desviar a atenção dos indivíduos dos principais problemas que minavam a Sociedade portuguesa. Era o desportista-espectador que ao domingo descarregava no estádio a sua violência, e de segunda a sábado vivia para discutir os golos, os «penalties» e a vida dos «craques», de certo modo apoiado pelo sensacionalismo de uma Imprensa... deformativa em vez de informativa!
Apelando-se agora para uma participação activa do fenómeno desportivo não estaremos também a desviar a atenção dos indivíduos? Isto é: será que o praticante, sob a engrenagem de provas e treinos, não estará de certo modo «arregimentado» num enquadramento que lhe não permite qualquer disponibilidade para a luta... política?
Parafraseando Manuel Sérgio quando diz que «a Arte pela Arte lembra-me 0+0=0!» também nós pensamos que «o Desporto pelo Desporto» é igual a... coisa nenhuma!
O praticante tem de capacitar-se que o desporto

encerra em si uma liberdade de organização e de associativismo, logo não pára no jogo ou no treino: prolonga-se para além disso!
Democratizar o Desporto, conforme pretende a D. G. D., não significa apenas torná-lo acessível a todos os portugueses mas, além disso, fazer com que os portugueses que o praticam se preocupem como ele é administrado e gerido!
Cremos que é esta a interpretação a dar às palavras do director-geral dos Desportos em reunião tida com os órgãos da Informação em Outubro de 1974:
«Prefiro poucos praticantes consciencializados daquilo que estão a fazer, que muitos a praticar desporto sem saberem aquilo que estão a fazer. Não estamos aqui para «vender» desporto mas para consciencializar as pessoas».

Sanches Oliveira
1.º-tenente

REFLEXÕES...

«Folheando recordações lembro-me que encontrei numa cidade italiana um octogenário...
Já não sei como quebrei o silêncio que nos separava. A uma breve pergunta bisbilhoteira vazava imperturbávelmente rios de palavras: que era sueco e viúvo, que se sentia de boa saúde; que era jogador de futebol!
– Com a idade que tem ainda é jogador de futebol?...
E ele virado para mim com ar de infinita admiração:
– O Desporto é para todas as idades, lá na minha cidade do Norte da Suécia há campeonatos de futebol para pessoas com mais de 50 anos!... Claro que são campeonatos internos mas grande parte das agremiações desportivas suecas dão possibilidades aos seus sócios mais velhos de praticarem um saudável exercício físico!
Fiquei admirado. Na minha mente «Lusitana» aquele velho era para mim uma «aparição»!
E ele, com garbo:
– No último jogo que efectuei marquei três golos!
– E que idade tinha o guarda-redes contrário?
– Noventa anos!!!
A língua entaramelou-se-me na boca...»

(Extracto do livro de Manuel Sérgio «Para uma nova dimensão do Desporto»)

LEITOR

Se te interessas por desporto, porque não escreves àcerca deste tema?
Sugestões? Por exemplo: Como achas que deveria ser a Educação Física na Armada?
Envia-nos o teu artigo!
A Revista é tua...
Participa!

BOAS FESTAS

Agradecemos e retribuimos as Boas Festas que tiveram a gentileza de nos enviarem as seguintes individualidades:
V.-alm. Joaquim de Sousa Uva; c.-alm. Jaime Lopes e António Manuel Vasco da Gama Braga de Sá Teixeira; com. Carlos Alberto Teixeira da Silva, Gabriel António Prior, João Pires Antas e Emmanuel Ricou; 1.º-ten. SG Manuel do Nascimento; 2.º ten. SG Fernando Gama Brandão; António Maria da Silva Carvalho, ex-cabo M; Agostinho Fardilha, ex-mar. L; Amadeu José Rodrigues, 1.º gr. C; Avelino Narciso; Belmiro Marques; Manuel Alves de Almeida; António Vieira Pinto, ex-mar. A; José de Oliveira Santos; Carlos Guerreiro; Carlos Manuel Estrela; Associação dos Antigos Marinheiros da Armada (Lourenço Marques); Liga dos Combatentes (Delegações de Oeiras, Santarém e Alcácer do Sal).

Como nasceu e como funciona a Comissão Representativa dos Sargentos da Armada

Dentro da classe de sargentos sempre houve quem se preocupasse com a falta de associativismo e com a total ausência de representatividade. Não terá grande interesse referir os motivos que nos obrigaram a viver como autênticos marginais. As causas são demasiado conhecidas e já gastas de tanto usadas pelos meios de informação e outros que nos escusamos de continuar a bater na tecla.

Consumado que foi o 25 de Abril e atentos que estávamos, logo nos preocupámos em não perder tempo no lançamento das bases necessárias à fomentação desse mesmo associativismo e duma futura representatividade. Logo divulgámos um documento a que chamámos «Imperativos da Criação dum Movimento Tendente à Valorização do Sargento da Armada» e com ele iniciámos uma autêntica «via sacra» de gabinete para gabinete fazendo toda uma escalada hierárquica na procura duma ordem que nos autorizasse uma reunião na messe da Base Naval de Lisboa, no Alfeite. Embora estivessemos identificados com o espírito do M. F. A. não conhecíamos ainda a letra do seu Programa e também habituados que estávamos a pedir, tínhamos tanta dificuldade em usar outro processo, como aqueles a quem nos dirigíamos tinham em ceder à nossa urgência. Era a fase de introdução, a aprendizagem dos processos da democracia e uma das primeiras coisas que aprendemos foi que a democracia tem de ser conquistada mesmo que para tanto se tenham que correr riscos.

Nesta procura, andámos desde o dia 29 de Abril até 13 de Maio, dia marcado por nós para a reunião. Claro está que este espaço de tempo foi por nós aproveitado para, à hora das refeições, chamar a atenção dos camaradas para a necessidade de nos reunirmos e unidos trabalharmos na valorização da classe, certos de que, se for o sargento a orientar o sargento, a lição vale mais que todas as determinações e obrigações oficiais. Nestas conversas tivemos a nossa primeira grande alegria. Pudemos constatar que não estávamos sós. Já ali havia outros camaradas alertados para a necessidade de fazer alguma coisa de válido. Logo ali começou a união entre a classe e dessa união nasceu a ideia de criar delegados nas unidades e com eles começaram a efectuar-se reuniões de trabalho. Essas reuniões acabaram num plenário feito na Força de Fuzileiros do Continente e aí ficaram expressas as nossas reivindicações numa altura em que a palavra reivindicar era um termo pouco conhecido e menos utilizado e foi ainda eleita a Comissão Representativa dos Sargentos, comissão provisória, em número de onze elementos. O caderno foi entregue a 21 de Maio a Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior da Armada, vice-almirante Pinheiro Azevedo, que nos recebeu com grande simpatia e que teve para nós palavras de encorajamento, para além duma franca receptividade e total abertura a tudo quanto seja tendente à valorização e democratização da Armada.

Nas nossas reivindicações expunhamos, entre outras coisas, o desejo de termos um clube próprio e para ele foi-nos prometido um subsídio de manutenção e de representação.

Cabe referir que, paralelamente às diligências atrás indicadas, cedo nos preocupámos em encontrar uma casa que viesse a servir de sede e conseguimo-lo com a boa vontade e ajuda de alguns oficiais que se interessaram tanto por isso como o mais interessado dos sargentos. A história de como o clube – hoje CASA DO MILITAR DA ARMADA (Secção de Sargentos) –nasceu, será oportunamente contada, pois não podemos deixar de referir a luta que à volta da mesma tem sido e continua a ser travada.

Após a criação da Comissão Representativa começou a mesma a organizar-se e concordou-se em fazer reuniões periódicas, semanais para a Comissão e mensais para delegados. Criaram-se grupos de trabalho. Efectuaram-se reuniões extraordinárias sempre que se tornou necessário e tem sido necessário. Aprovaram-se moções. Enviaram-se memorandos e circulares. Fomos esclarecidos por oficiais

do Gabinete do CEMA acerca do momento político pois sempre tivemos conhecimento exacto das ocasiões difíceis porque temos passado após o 25 de Abril. Contactaram-se os delegados sempre que necessário.

Porque a Comissão Representativa se preocupou e preocupa em motivar e fomentar o interesse da classe pelos problemas que todos temos a obrigação de considerar prioritários – a defesa da democracia – o trabalhar pela sua consolidação, acabou por preterir um pouco alguns dos pontos constantes das reivindicações da classe. Para alguns, isso foi um erro, e constitui um atestado de incapacidade da Comissão para resolver os problemas da classe.

Não será a nossa a melhor Comissão mas, com seis meses de existência e dada a falta de comparticipação de alguns camaradas ao longo de todo este tempo, não temos dúvida em afirmar que, parte dos sargentos somente soube reforçar a sua capacidade de contestação, modalidade em que são realmente fortes, mas em prejuízo da muito mais válida e necessária capacidade de construção.

Que poderíamos ter feito mais e melhor não podemos deixar de o confessar.

As condições de trabalho não foram até aqui as melhores. Propomo-nos emendar erros e para isso estamos reorganizando os nossos processos de trabalho que contamos venham a ser facilitados por uma mais efectiva participação de todos os sargentos e para bem duma Armada nova e unida.

Fragata «Almirante Magalhães Corrêa», 30 de Outubro de 1974.

Artur Ribeiro
1.º-sarg. ACM

Filatelia

NOVOS SELOS PORTUGUESES

Em 18 de Dezembro foi posta em circulação a série de três selos, com desenhos comuns, de que reproduzimos um, comemorativa do Movimento das Forças Armadas, em 25 de Abril. Sem dúvida, como aliás foi sugerido nesta página, os selos, mensageiros que desconhecem fronteiras, impunham-se na circunstância e vieram ao encontro do desejo não somente dos filatelistas, mas também de todos os que amam verdadeiramente este país. Na verdade, o histórico dia deve ser considerado como milagroso para Portugal, de justiça para os povos africanos e de contentamento para todo o Mundo e, integra-se relevante e justificadamente numa história de oito séculos, marcando-a com uma revolução que não precisou do disparo de um tiro para irmanar num só ideal e desejo, as suas Forças Armadas e o seu Povo.

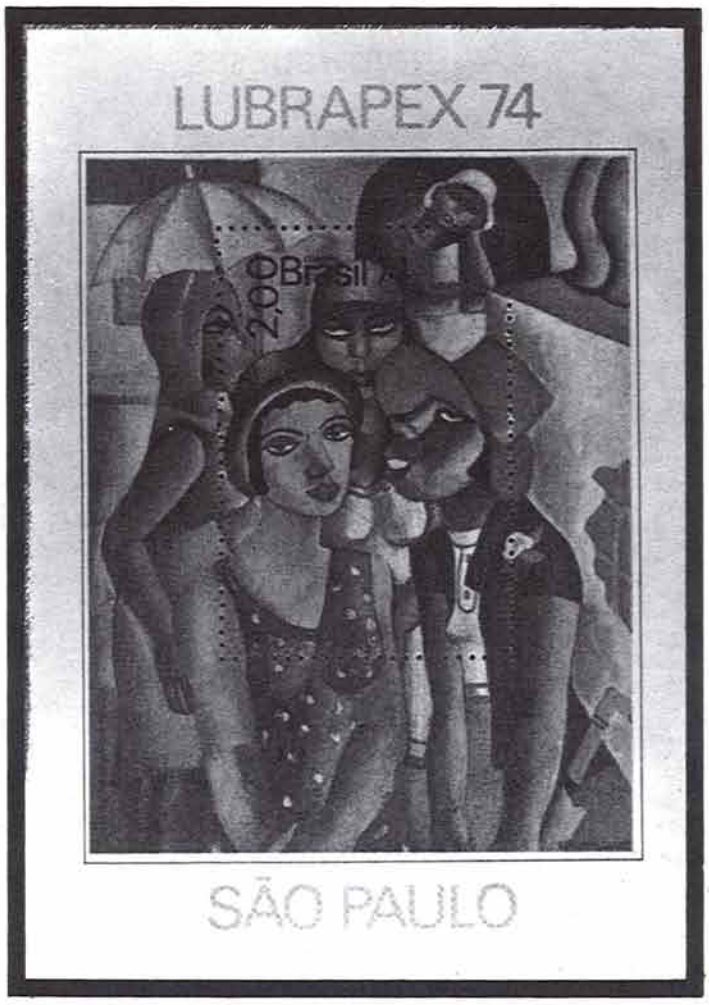
Os selos com boa apresentação e muito interessantes, foram acolhidos com entusiasmo.

No dia 27 do mesmo mês foi posta a circular a última série de 1974, esta comemorativa do centenário do nascimento de Egas Moniz, eminente cientista médico a quem a humanidade tanto ficou a dever. Egas Moniz que se distinguiu ainda como político de muito mérito e escritor distinto, foi o único português até hoje distinguido com um Prémio Nobel, consagrado galardão que a Academia de Ciências da Suécia destina anualmente àqueles que se evidenciam nas ciências e artes.

A série que reproduzimos é plena de singificativa expressão e irá naturalmente interessar filatelistas de muitas partes do globo.

Pessoalmente, apenas lamentamos que não tenha sido feito um carimbo de 1.º dia de circulação em Avanca, terra onde nasceu o cientista.

LUBRAPEX 74



No Museu de Arte de S. Paulo esteve patente de 26 de Novembro a 4 de Dezembro, a 5.ª Lubrapex, Exposição Filatélica Luso-Brasileira que se realiza alternadamente de dois em dois anos nos dois países irmãos. Para assinalar o acontecimento, os Correios do Brasil mandaram emitir o selo e o bloco que reproduzimos, interessante trabalho de um artista daquele país que se inspirou no tema do quadro «Cachopas», do pintor português Carlos Reis. Como sempre tem acontecido, marcaram presença de relevo alguns dos nossos coleccionadores.

SELOS PORTUGUESES EM 1974

Ao fazer-se uma análise do que aconteceu no passado ano no nosso país quanto à quantidade e qualidade dos selos emitidos, temos sobejas razões para nos darmos por satisfeitos já que em ambos os aspectos o ano foi francamente positivo. Certamente que isto era de prever ao ser conhecido o programa estabelecido onde figurava notório o cuidado posto na sua elaboração, apenas alterado e justificadamente com a emissão comemorativa do Movimento das Forças Armadas. Há quem advogue a ideia de que outros factos e acontecimentos mereciam ser referenciados nos selos mas, na nossa modesta opinião, temos de aceitar que se podia cair em exageros, sempre perniciosos. Em nosso entender apenas merece reparo a série dedicada a Marconi, por em nenhum dos selos aparecer a figura do cientista, falta que decepcionou os filatelistas interessados nas temáticas «Prémios Nobel» e «Cientistas». Efectivamente só a legendação não é bastante para identificar um selo e, nesta série, a presença da efígie do cientista impunha-se.

Um aspecto que consideramos negativo é o da irregularidade que se verificou na saída das emissões, já que a meses seguidos em que elas não apareceram, sucederam outros em que elas surgiram com pequenos intervalos, o que criou problemas a muitos coleccionadores que economicamente tiveram dificuldades para acompanhar o ritmo. Opinamos que o sistema que foi seguido seja revisto pela razão apontada.

Quanto aos selos das colónias, houve reduzida produção pois apenas Angola e Macau os emitiram. Contudo, os dois territórios apresentaram selos muito belos e de grande interesse, com uma referência especial para a série «Conchas» de Angola que, como escrevemos na devida altura, apenas pecou pelo elevado número de selos que a constituiu e pelo seu elevado valor facial.

De qualquer modo, repetimos que deve ser considerado muito válido por todos os coleccionadores de selos portugueses, o ano que há pouco terminou.

G. Brandão
2.º-ten. SG

Curiosidades

CURIOSIDADES NAVAIS

O armador italiano Enrico De Franceschini tenciona afretar os paquetes «Michelangelo» e «Raffaello» e utilizá-los como hotéis flutuantes no Golfo Pérsico para alojar especialistas que participem na construção de siderurgias e refinarias de petróleo no Irão. O «France» será objecto também do mesmo projecto. A retirada dos oito paquetes do grupo Finmare permitir-lhe-ia reduzir o seu déficit anual de cerca de 100 milhares de liras. Contudo os marinheiros italianos opõem-se a estes projectos e foram organizados movimentos de greve.

●

A imprensa norueguesa anunciou que um consórcio de três sociedades francesas, superintendido pelo Instituto francês de petróleo, terminou os planos de construção de uma plataforma de prospecções até à profundidade de 1000 metros. Esta plataforma submersível, da segunda geração, pode ser utilizada em qualquer zona marítima, incluindo a dos icebergs, e em quaisquer condições meteorológicas.

●

Foi recentemente constituída pelos estaleiros da Lisnave e pela empresa brasileira Companhia Brasileira de Reparos Navais do Rio de Janeiro, a Lisnico Brasileira, empresa que se destina à reparação do crescente número de navios movimentados nos portos brasileiros. Estes estaleiros encarregar-se-ão também de todas as reparações em viagem.

A maioria dos operários brasileiros foi treinada no gigantesco complexo português da Lisnave.

●

Em Itália, 60% de todos os transportes são feitos por via terrestre, 25% por via marítima e somente 15% por via marítima e somente 15% por via ferroviária. A participação dos custos de transportes no preço do produto representa 11%. Do ponto de vista de custos, a via marítima assegura o transporte mais vantajoso.

●

O Reino Unido está resolvido a estabelecer uma zona marítima territorial de 200 milhas que dará ao país não só a posse do exclusivo de prospecções do subsolo submerso nessa zona, do controlo da poluição e pesquisa científica mas também a soberania de navegação aérea e marítima.

O Egipto pretende fazer do canal de Suez mais do que uma via de trânsito marítimo, propondo-se criar um grande polo de desenvolvimento ao longo do canal, onde prevê instalações de indústrias, zonas turísticas, agrícolas e zonas francas.

•

O presidente do Brasil aprovou um programa de construção naval, para o período de 1975/79, relativo à construção de 765 novos navios, totalizando 5,3 milhões de toneladas e no valor de 25 000 milhões de cruzeiros.
77% da nova tonelagem será constituida por graneleiros, petroleiros e navios multímodos e somente 17% por navios de carga geral.

•

Oitenta e duas esculturas de Henry Moore viajaram de Inglaterra para o Japão, para serem expostas no Museu de Arte Moderna, em Kamakura, acondicionadas em dois contentores de 20 pés.

•

O paquete «Michelangelo» da sociedade Itália partiu de Génova em 26 de Julho com 1500 passageiros para um cruzeiro ao Círculo Polar Árctico, com escalas em Canes, Alicante, Lisboa, Londres e Hammerfest, na ida; e em Trondheim, Hellesylt, Bergen, Oslo, Copenhague, Vigo, Barcelona, Canes e Génova, no regresso.

(In «Boletim Analítico» da J. N. M. M., Ago./Out. 74)

O QUE OS FILHOS PENSAM DO PAI

6 anos – O nosso pai sabe tudo.
10 anos – O nosso pai sabe muito.
15 anos – Nós sabemos tanto como o pai.
20 anos – Decididamente o nosso pai não sabe grande coisa.
30 anos – No entanto nós podemos pedir o conselho do pai...
40 anos – Afinal o pai sempre sabe alguma coisa...
50 anos – O pai sabe tudo.
60 anos – Ah! se nós pudéssemos ainda perguntar ao pai...

Reportagem

O CHEFE DO ESTADO MAIOR DA ARMADA EM BRUXELAS

A fim de participar numa reunião de chefes de Estados Maiores da NATO, em representação do chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, deslocou-se a Bruxelas o vice-almirante Pinheiro Azevedo, chefe do Estado Maior da Armada que naquela capital assistiu também à entrega do comando da SACEUR.

SESSÃO PLENÁRIA NO CENTRO DE ESTUDOS DE MARINHA

No passado dia 4 de Dezembro teve lugar mais uma sessão plenária do Centro de Estudos de Marinha à qual estiveram presentes muitos académicos e convidados.

Foi anunciada a publicação da obra do almirante Elliot Morrison sobre a descoberta da América e o papel que nesse acontecimento desempenharam os navegadores portugueses.

O engenheiro Viriato de Campos apresentou à assembleia uma comunicação subordinada ao título «DAMIÃO DE GÓIS – Humanista, cronista e mártir» que foi no seu final elogiosamente comentada pelo prof. Hernâni Cidade, pelo dr. Raúl Rego e pelo capitão-de-mar-e-guerra Teixeira da Mota que teceram largas considerações acerca da figura e da obra de Damião de Góis.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA DOS DELEGADOS DAS FORÇAS ARMADAS

Realizou-se no dia 6 de Dezembro no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional a primeira sessão da Assembleia do Movimento das Forças Armadas a que presidiram o Presidente da República e os restantes membros da Junta de Salvação Nacional, o Primeiro-Ministro, os componentes da Comissão Coordenadora do MFA e outros oficiais e que reuniu cerca de 200 oficiais dos três ramos das Forças Armadas.

A assembleia sancionou a confiança do Conselho Superior do MFA no sentido de serem concretizadas as medidas tendentes ao cumprimento do Programa, particularmente as que respeitam a uma estratégia antimonopolista e que estejam ao serviço das classes trabalhadoras.

No final dos trabalhos a assembleia aprovou uma moção que é do seguinte teor:

«Na sua primeira sessão, a Assembleia do MFA foi, pelo Conselho Superior do MFA, posta ao corrente dos problemas principais com que o País se depara e das possíveis medidas para lhes fazer face.

Nesta reunião foi reafirmada a coesão indissolúvel das Forças Armadas, dispostas a garantir o cumprimento do Programa do MFA.

O Movimento das Forças Armadas, consciente de que continua interpretando a vontade do povo português, reitera a sua inteira confiança no Conselho Superior do MFA, no sen-

tido de rapidamente serem concretizadas as medidas necessárias ao integral cumprimento do Programa, nomeadamente aquelas que visem uma estratégia antimonopolista e estejam ao serviço das classes trabalhadoras».

O PRIMEIRO-MINISTRO RECEBE UMA DELEGAÇÃO DE SARGENTOS DAS FORÇAS ARMADAS

A Comissão Representativa dos Sargentos da Armada (C. R. S. A.) e as Comissões Coordenadoras dos Sargentos do Exército e da Força Aérea foram recebidas no dia 9 de Dezembro passado, pelo Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, na sua residência oficial.

Num trabalho comum, visando a unidade da classe, puderam os sargentos dos três ramos das Forças Armadas, irmanados nos mesmos ideais e absolutamente identificados com a linha política expressa no Programa do M. F. A., ir junto do Primeiro-Ministro manifestar-lhe a sua vontade de colaborarem na democratização do país e participarem mais activamente nos trabalhos da reconstrução nacional.

PLENÁRIO DE SARGENTOS E PRAÇAS DOS SERVIÇOS INSTALADOS NO EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO DA MARINHA

Organizado pela Comissão de Bem-Estar dos serviços instalados no edifício do Ministério da Marinha, efectuou-se nas antigas instalações da Escola Náutica, no dia 12 de Dezembro passado, um plenário de sargentos e praças daqueles serviços.

Na sessão, que teve a presença de algumas centenas de sargentos e praças e de alguns oficiais e que decorreu com vivo interesse, foram tratados os seguintes pontos:
disciplina geral, pelo capitão-de-fragata Vilhena de Mendonça, da CBE; disciplina na unidade, pelo cabo S Geraldo Lourenço, da CBE; disciplina na Armada, pelo cabo L António Andrez, da CDAP; análise da situação político-económica e descolonização, pelo capitão-de-fragata ECN Martins Guerreiro, do MFA.
O plenário que foi presidido pelo capitão-de-mar-e-guerra Abel de Oliveira, da CBE, terminou com um período de perguntas e respostas, em que se travou interessante e válido diálogo entre os presentes.

JURAMENTO DE BANDEIRA EM VILA FRANCA DE XIRA

No dia 13 de Dezembro teve lugar no Grupo n.º 1 de Escolas da Armada, em Vila Franca de Xira, a cerimónia do juramento de bandeira de 500 recrutas e voluntários que constituem a 4.ª incorporação do ano de 1974.
O acto foi presidido pelo contra-almirante Tengarrinha Pires, superintendente dos Serviços do Pessoal, e teve a assistência de vários oficiais da Armada, entidades civis e familiares.
Foi proferida uma alocução pelo secretário escolar, seguindo-se a distribuição de prémios aos alunos mais classificados, leitura dos deveres militares e ratificação solene do juramento de bandeira, pronunciada por todos os recrutas.
A encerrar a cerimónia desfilou o Batalhão Escolar, tendo-se realizado ainda demonstrações de ordem unida por quatro companhias e exercícios de educação física e de luta de ataque e defesa.

REUNIÃO DO PESSOAL CIVIL DO MINISTÉRIO DA MARINHA

No dia 12 de Dezembro, na Casa da Balança, algumas dezenas de funcionários civis do Ministério da Marinha estiveram reunidos para tratar e apreciar vários assuntos de interesse para a classe.

ALTO-COMISSÁRIO PARA CABO VERDE

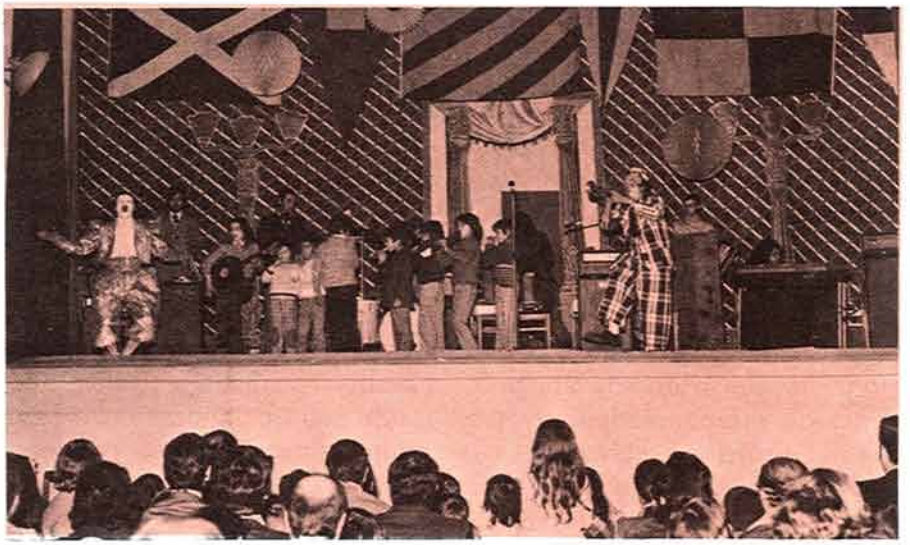
Foi empossado pelo Presidente da República no passado dia 18 de Dezembro no cargo de Alto-Comissário para Cabo Verde o comodoro Almeida d'Eça.

Ao acto assistiram o Primeiro-Ministro; o ministro da Coordenação Inter-territorial; o vice-almirante Pinheiro Azevedo, chefe do Estado Maior da Armada; outros elementos da Junta de Salvação Nacional e do Conselho de Estado.

O NATAL NA ARMADA

No dia 15 de Dezembro, organizada pelas A. D. O. A., C. R. S. A. e C. D. A. P., realizou-se no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, a Festa do Natal dedicada a todo o pessoal da Armada e seus familiares. Nesta festa colaboraram obsequiosamente elevado número de artistas e a Banda da Armada, aos quais foi, no final do espectáculo, oferecido um almoço na Messe de Oficiais, no Ministério da Marinha.

No Auditório da Escola Naval, no dia 17 de Dezembro, efectuou-se a Festa do Natal do pessoal da Base Naval de Lisboa e seus familiares, que constou de um acto de variedades e distribuição de brinquedos às crianças, sendo no final servida uma merenda.



No dia 19 de Dezembro a Escola de Fuzileiros realizou a sua Festa de Natal, dedicada ao pessoal que ali presta serviço e familiares. A festa teve lugar na Sociedade «Os Penicheiros», no Barreiro.

A Força de Fuzileiros do Continente organizou uma festa comemorativa da quadra natalícia para o seu pessoal e familiares, que se efectuou no Coliseu dos Recreios, no dia 19 de Dezembro, em que foram exibidos vários números de circo e de variedades, tendo o espectáculo terminado com uma distribuição de prendas às crianças.

O CHEFE DO ESTADO MAIOR DA ARMADA NA CHEGADA DA CORVETA «BAPTISTA DE ANDRADE»

O chefe do Estado Maior da Armada, vice-almirante Pinheiro Azevedo, em Dezembro último, deslocou-se à Base Naval de Lisboa, no Alfeite, a fim de estar presente à chegada da corveta «Baptista de Andrade», recentemente aumentada ao efectivo.

Foi recebido pelos comandante naval do Continente, comodoro Molarinho do Carmo; director das Construções Navais, comodoro Rogério de Oliveira e comandante da nova unidade, capitão-tenente Contreras de Passos, percorrendo demoradamente o navio. No final dirigiu uma saudação à guarnição.

Quarto de Folga

NÚMERO BAIXO PARA...

Para aqueles que não conhecem certos costumes e estribilhos da Armada, para caçar o senso de humor desta história, será necessário esclarecer, que é vulgar usar-se, na gíria do dia a dia, a expressão «estar número baixo para isto ou para aquilo», o que significa, que a pessoa atingida, tem toda a probabilidade de lhe acontecer o que se enuncia.

Assim poder-se-á dizer que «está número baixo para promoção, para embarcar, para comissão no Ultramar» etc., etc.

Desde as promoções por escolha (que têm dado que falar) o termo «número baixo para promoção» perdeu muito do seu sentido, mas antigamente, na época em que esta história se passou, quando elas eram só por antiguidade ou «fatalidade», como costumava apelidar as deste género um nosso camarada de certa veia humorística, o termo era empregado praticamente sempre.

Por outro lado, também há uma certa tradição e costume em usar a expressão com o sentido de aviso, para aqueles que disciplinarmente andam «a pisar o risco» e, então o termo pode aparecer como ameaça amigável, mas muito expressiva, tal como «estás número baixo para umas guardas de castigo, para uns dias fora da escala das licenças», etc., etc.

Feita esta explicação, para os leitores que não conhecem o termo, vamos agora à história, que assim já terá sabor anedótico para todos.

Um belo dia, ainda no tempo da Monarquia, comandava um dos nossos cruzadores de então (tínhamos cruzadores nessa época) um oficial que, por ser nobre, até tinha direito a Dom.

Nos próprios elementos da «abita» constava que o Senhor era muito do Paço e da intimidade de El-Rei, por ser até com ele aparentado, ainda que remotamente.

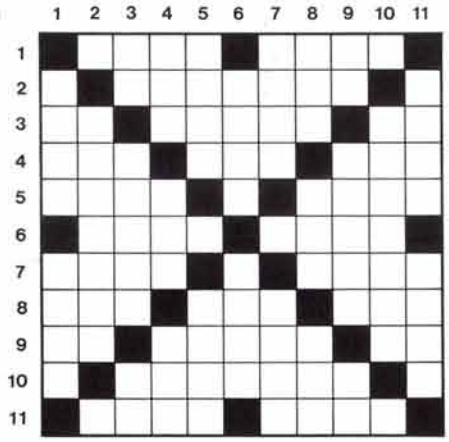
O parentesco com um Rei busca-se até ao infinito. Dá muito ambiente e prestígio, mesmo que se encontrem bastardos.

Ora, dois cabos fogueiros, em cavaqueira amena, entraram a falar do seu Comandante e, a certa altura, estabeleceu-se divergência a respeito da importância do Senhor, porque um dos cabos considerou que o outro exagerava. Palavra puxa palavra, a coisa tomou forma nitidamente antagónica e então, o que defendia a importância absoluta do Comandante, depois de esgotar vastos argumentos e com o sentido de anular toda a argumentação contrária, no género de quem não admite mais conversa, arrumou o outro com esta:

– Cala-te aí, olha que o nosso Comandante até está número muito baixo para Rei!

Capt. ZUZARA

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS:

1 – Sinal que se usa em matemática; líquido que se injecta a quem perde muito sangue. 2 – Graduação de praças da Armada. 3 – Letra do alfabeto grego; vai além dos limites; nota musical. 4 – Nome de letra; pega; compreender. 5 – Faz verso; lugar aonde os muçulmanos fazem as peregrinações. 6 – Rosto; jogador de futebol brasileiro. 7 – Olha com atenção; fêmea do cavalo. 8 – Vogal repetida; chamada de socorro; nome de homem. 9 – Consoante repetida; pedaço de pão; atmosfera. 10 – Aluno da Escola Naval (pl.). 11 – Lar; fileiras.

VERTICAIS:

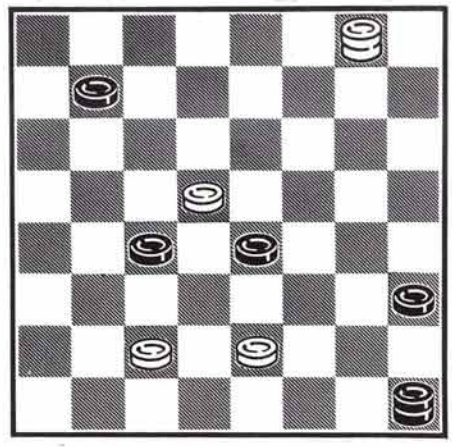
1 – Ter fé; caixa. 2 – Militar graduado. 3 – Símb. quím. da prata; fio de cobre (inv.); aqui. 4 – Cólera; lavra; cabelos brancos. 5 – Ice; produto químico. 6 – Deusa; macho da cabra. 7 – Cartas de jogar (inv.); lança usada pelos pretos. 8 – Base aérea; progenitor; nome fem. (inv.). 9 – Popa; que não está dentro do assunto; apelido. 10 – Primeira fase do ensino na Armada. 11 – Substância produzida pelas abelhas; pão de milho (inv.).

Manuel Carneiro
Ex-mar. FZ

(Solução na pág. 34)

DAMAS

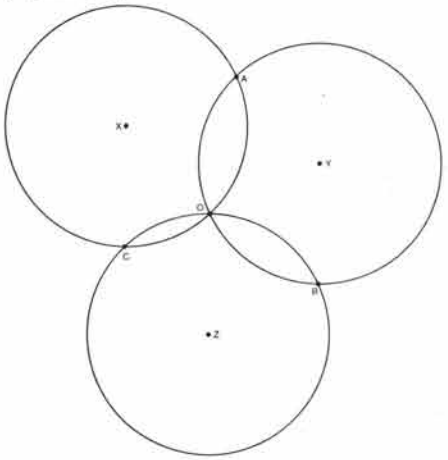
(Solução na pág. 34)



As brancas jogam e ganham

PROBLEMAS PARA ENTRETER

Último problema da série a que se refere o n.º 37 da nossa Revista, extraída do «Scientific American» (Abril 74).



6 – Pretende-se encontrar uma demonstração para o seguinte teorema: Três circunferências de raios iguais que se intersectam num ponto **O**, intersectam-se também duas a duas em três outros pontos **A**, **B** e **C** que pertencem a uma circunferência com o mesmo raio daquelas.

O. Lemos

(Solução no próximo número) *Cap.-frag.*

SABE ?

1 – James Cook, navegador inglês do século XVIII, foi morto numa terra por ele descoberta:
Hawai
Austrália
Nova Zelândia.

2 – O C.-alm. João Braz de Oliveira é o autor de:
«Os factores imponderáveis da guerra»
«Narrativas navais»
«Salto do vento».

3 – O primeiro governador de Timor foi:
José Celestino da Silva
António Coelho Guerreiro
Filomeno da Câmara.

4 – «Ilhas Flamengas» é o nome porque também é conhecido o arquipélago:
da Madeira
dos Açores
de Cabo Verde.

5 – Robert E. Peary, c.-alm. da Armada dos E. U. A., descobriu o:
Polo Norte
Polo Sul.

6 – «Mal com os homens por amor d'el-rei e mal com el-rei por amor dos homens» é uma frase atribuída a um governador da Índia:
D. João de Castro
Afonso de Albuquerque
D. Francisco de Almeida.

7 – João da Nova, quando se encaminhava para a Índia, descobriu uma ilha a que foi dado o nome de:
Santa Helena
S. Tomé
Ascensão.

8 – Mindelo é o nome da capital duma ilha de língua portuguesa:
Príncipe
Graciosa
S. Vicente.

9 – Os primeiros selos portugueses dedicados a assuntos de Marinha, foram emitidos em:
1894
1896
1898.

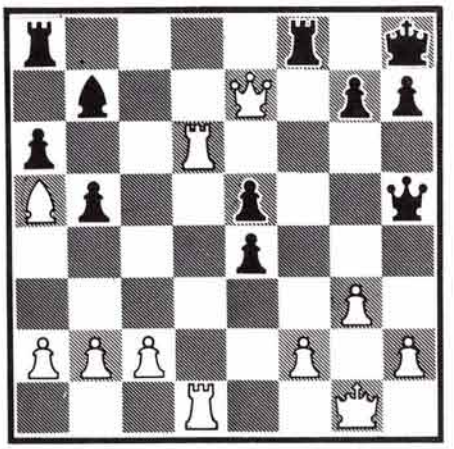
10 – Sancho de Tovar, que comandava uma nau da esquadra em que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, era:
Português
Genovês
Castelhano.

SEASA

(Solução na pág. 34) *Cabo aux. RA*

XADREZ

(Solução na pág. 34)



Jogam as pretas e ganham

CONCURSO N.º 41

Sorteio de um prémio entre as respostas certas

N	M	E	O	Ç	A	M	B	A	P	A	L	I	O	S	T	M	S	A	A
O	S	E	R	O	N	A	I	C	I	T	F	O	A	C	T	I	F	A	O
E	S	S	C	M	A	G	R	A	C	I	O	S	A	O	D	M	A	I	O
N	I	E	O	E.	T	O	A	S	A	R	A	S	R	T	E	A	I	O	S
A	E	R	L	I	T	T	R	O	O	A	N	A	T	A	S	T	A	T	S
O	R	T	O	G	I	L	O	T	U	R	A	Z	A	B	C	O	L	N	I
L	O	A	A	N	M	H	A	E	S	T	U	B	R	I	O	P	P	A	M
I	A	I	N	A	O	A	S	O	P	A	S	M	D	R	I	T	I	T	T
H	I	H	E	R	R	O	I	O	C	I	P	O	I	P	N	E	M	O	S
C	I	L	H	A	S	X	C	E	R	C	T	C	O	R	H	D	A	O	S
O	D	A	P	O	D	E	M	T	O	O	A	I	B	A	A	R	D	D	E
A	I	T	I	O	S	E	I	O	S	T	A	D	I	M	C	T	E	O	R
T	A	A	S	D	F	I	O	R	A	N	G	O	S	O	A	B	I	L	O
O	P	U	S	E	L	A	B	E	L	E	M	E	G	O	I	T	R	A	V
D	A	R	O	C	O	P	R	I	O	N	O	R	O	T	A	U	A	N	A
O	F	O	G	O	R	S	A	O	T	A	I	D	O	S	R	A	N	O	N
S	A	P	A	T	E	E	U	Q	I	B	M	A	Ç	O	M	T	O	D	A
L	E	S	V	F	S	A	I	U	I	L	P	O	R	A	S	I	R	U	G
E	E	M	A	I	T	M	L	U	E	O	R	O	U	N	O	P	R	A	N
V	N	S	R	G	U	I	A	O	B	O	A	V	I	S	T	A	A	S	E
A	N	A	B	E	M	O	L	O	R	M	S	A	M	I	A	D	X	G	L
S	I	O	R	A	N	I	F	A	O	R	B	A	D	O	I	S	I	O	R
I	M	N	A	T	A	C	L	I	O	S	T	N	B	A	P	T	C	S	E
B	E	E	P	I	C	N	I	R	P	B	A	C	O	D	A	T	O	R	B

Basto Carreira
Cap.-m.-g.

Procure em todos os sentidos, menos obliquamente, o nome de 20 ilhas do Continente, Ilhas adjacentes e Ultramar.

SOLUÇÕES

PALAVRAS CRUZADAS

HORIZONTAIS: 1 – Mais; soro. 2 – Grumete. 3 – Ro; abusa; ré. 4 – Efe; asa; ler. 5 – Rima; Meca. 6 – Cara; Jair. 7 – Mira; égua. 8 – Aaa; SOS; Oto. 9 – LI; côdea; ar. 10 – Cadetes. 11 – Casa; alas.

VERTICAIS: 1 – Crer; mala. 2 – Oficial. 3 – Ag; emara; cá. 4 – Ira; ara; cãs. 5 – Suba; soda. 6 – Musa; bode. 7 – Sesa; seta. 8 – Ota; mãe; ael. 9 – Ré; leigo; Sá. 10 – Recruta. 11 – Cera; aorb.

DAMAS

Brancas	Pretas
1. – 16-10	14-5
2. – 7-11	15-6
3. – 19-23	28-19
4. – 29-15-2 e ganham	

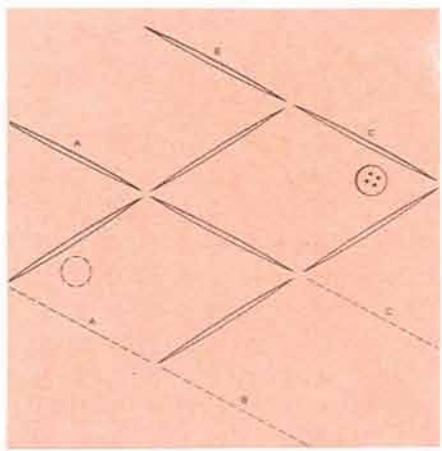
PROBLEMAS PARA ENTRETER

(Soluções dos problemas publicados no número anterior)

4 – São suficientes oito rotações. Uma solução pode ser esta. (Será melhor verificar com compasso e transferidor). 1 – Rodar **B** 90º no sentido dos ponteiros do relógio; 2 – Rodar **A** 30º no mesmo sentido; 3 – Rodar **B** 60º no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio; 4 – Rodar **A** 30º no sentido dos ponteiros; 5 – Rodar **B** 90º no sentido dos ponteiros; 6 – Rodar **C** 60º no sentido dos ponteiros; 7 – Rodar **D** 30º no setido contrário ao dos ponteiros; 8 – Rodar **C** 60º no sentido dos ponteiros.

Se a estante AB for deslocada em menos de cinco rotações, então poderá acontecer que uma das extremidades esbarre na parede a meio de uma rotação ou então que não fique virada para a parede.

– Com este frio que tem feito ainda não consegui sair de casa sem pôr, pelo menos duas camisolas.



5 – A figura mostra a forma de mudar os três palitos e o botão para que o peixe fique a nadar em sentido oposto.

SABE ?

1 – Hawai. 2 – «Narrativas Navais». 3 – António Coelho Guerreiro. 4 – Dos Açores. 5 – Polo Norte. 6 – Afonso de Albuquerque. 7 – Ascensão. 8 – S. Vicente. 9 – 1894 (5.º cent. do nascimento do Infante D. Henrique). 10 – Castelhano.

XADREZ

Brancas	Pretas
1 –	e3
2 – Dxb7	exf2 ch/
3 – Rf1	e4
4 – Dxe5	Tae8
5 – Td8	Txd8
6 – Txd8	Da6 ch/ (*)

(*) e abandonam...

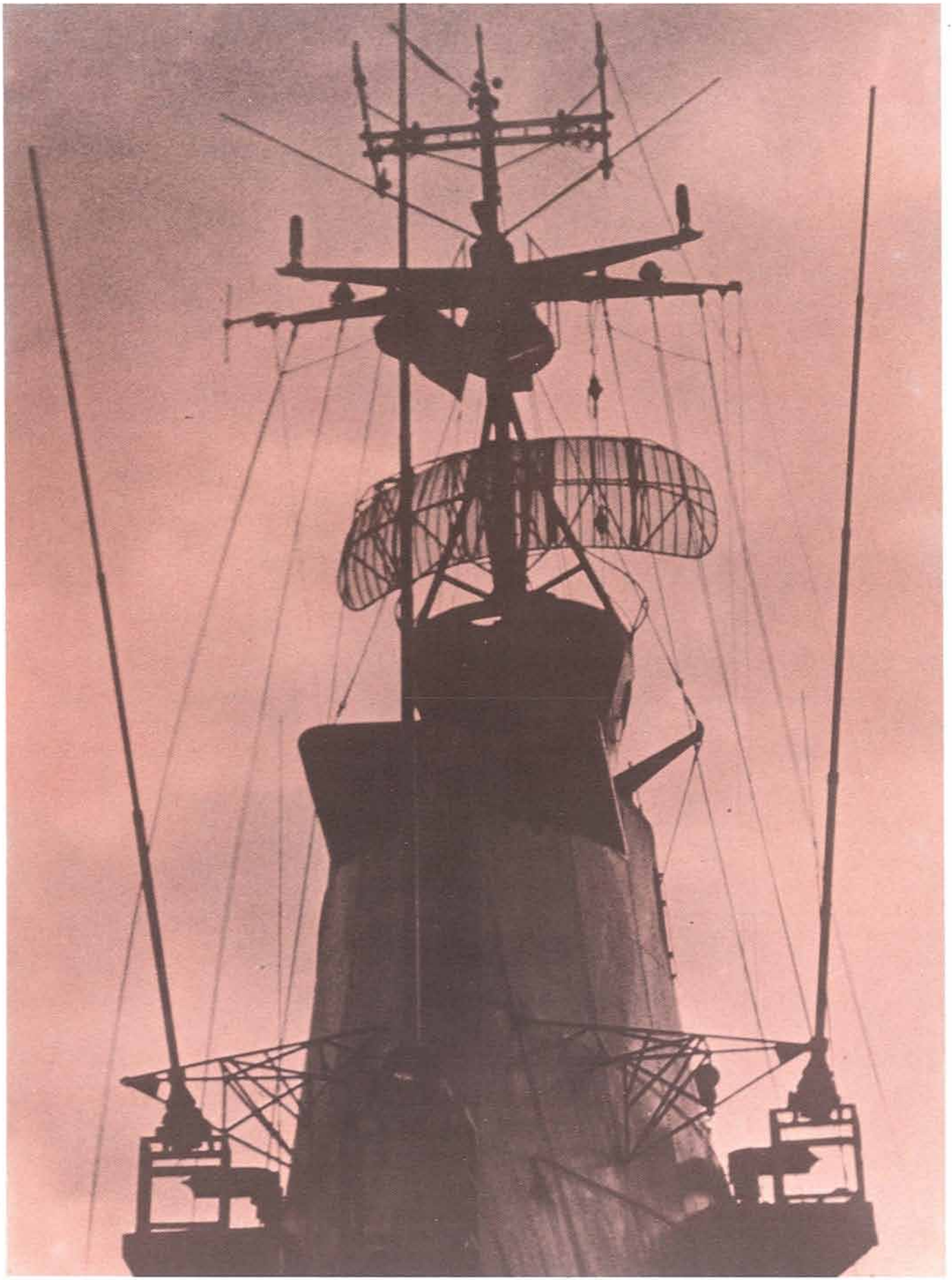
SOLUÇÃO DO CONCURSO N.º 39

Não.

Vencedor: Manuel O. Moreira, mar. S n.º 1418/72, em serviço no EMGFA / COPCON.

Uma chaminé ao amanhecer

(Foto do guarda-marinha EMQ Costa Ramos)



ALENTEJO

ALCÁCER DO SAL
Castelo, casario e rio Sado

ESTREMOZ
Subindo para a pousada

BALEIZÃO
Da fonte subindo

(Fotos do cap.-ten. AN Caeiro Junça)